



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO OITO**ACTA DA 1.^ª REUNIÃO DA 5.^ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS
MIL E SEIS.**

----- Aos vinte dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu na sala D. Manuel I, do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.^ª Reunião da 5.^ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 4 de Dezembro de 2006 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO
PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O
ESTIPULADO PELO ART.º 40.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----
 - 3. 1. RENÚNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS JÚLIO MANUEL MARTINS
GOMES E MARIA EMÍLIA GOMES NEVES SOUTO, SUAS SUBSTITUIÇÕES AO
ABRIGO DO ARTIGO 8.^º E 11.^º DO REGIMENTO;** -----
 - 3. 2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.^{OS} 6 E 7/2006;** -----
 - 3.3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. (ALÍNEA E) DO N.^º 1 DO ART.^º 5.^º DO
REGIMENTO;** -----
 - 3.4. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO - ORÇAMENTO DA
RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA
O ANO FINANCEIRO DE 2007;** -----

- 3.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2007 A 2010 E ORCAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2007 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA;
- 3.6 CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA MISTA TENDO POR ACCIONISTAS A EMPRESA MUNICIPAL “ESPAÇO MUNICIPAL, E.M.” E A SOCIEDADE DE DIREITO ESPANHOL “MRA – MIGUEL RICO E ASSOCIADOS, S.A.”;
- 3.7 ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA MACROESTRUTURA ORGANIZATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;
- 3.8 ALTERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA;
- 3.9. TAXAÇÃO POR INSTALAÇÃO DE CABOS NO INTERIOR DA REDE DE SANEAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA;
- 3.10. PERMUTA DE UM PRÉDIO RÚSTICO SITO NOS LUGARES DE ALDEIA E IGREJA, NA FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA, PERTENCENTE A ANTÓNIO MALHEIRO ALVES, COM QUATRO LOTES DE TERRENO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DA MAIA, SITOS NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA DESIGNADA QUINTA DO MOSTEIRO, NA FREGUESIA DE MOREIRA. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA DESIGNADA QUINTA DO MOSTEIRO. REVOGACÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2002. REVOGACÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2002;
- 3.11. “CÓDIGO DE ÉTICA DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA”; (para conhecimento);

P
D

3.12. DOCUMENTAÇÃO DA MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M.; DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.; DA TUM - TRANSPORTES URBANOS DA MAIA, E.M.; DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M. E DA ESPACO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.M. (para conhecimento).

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação, com votos de Boas Festas a todos os presentes, de uma forma especial os alunos e professora da Turma 8.^º E, Disciplina de História, Formação Cívica e Assembleia de Turma da Escola Secundária da Maia. Informou os Municipais presentes que o Período de Intervenção do Público seria no fim do Período de Antes da Ordem do Dia, e, se houvesse Cidadãos interessados em intervir, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Informou ter recebido os seguintes pedidos de substituição: José António Andrade Ferreira, do Partido Socialista, pediu a suspensão do mandato por mais seis meses, tendo sido substituída pelo Senhor João Veloso da Silva Torres; Elísio Cabral de Oliveira, da Coligação Primeiro as Pessoas, pediu a sua substituição para a presente reunião, por ausência da Maia, tendo sido substituído pelo Senhor Rui Manuel Madureira Monteiro; Maria Luisa Dias Barreto, do Partido Socialista, pediu a sua substituição para a presente reunião, tendo sido substituída pelo Senhor Hugo Filipe Ramalho Campos. Os documentos comprovativos atrás referidos fazem parte integrante da acta como **documentos 1, 2 e 3**. Informou ter recebido os seguintes jornais: “O Quinas” da Associação de Solidariedade Social Mouta – Azenha Nova – ASMAN e “Os Pequenos Jornalistas” do Agrupamento Escolar de Águas Santas. Verificadas as presenças constataram-se as ausências dos Senhores Deputados: David Augusto Duarte Tavares, Joana Martins dos Santos Ascenção, Mafalda Rôla Fernandes Moutinho Maia e Mário Moreira Duarte.

Pedi aos Senhores Deputados presentes para fazerem entrega na Mesa de alguma proposta, moção ou qualquer outro documento, que eventualmente tivessem, para admissão e votação no Periodo de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Abriu as inscrições para o Periodo de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO leu dois textos: no primeiro, apresentou um Voto de PÚblico Louvor a dois colaboradores do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia e no segundo apresentou um Recurso de Decisão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal primeiro, pela sua ausência na Sessão da Assembleia realizada no pretérito dia 27 de Setembro e que fazem parte integrante da acta como **documentos 4 e 5**. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO apresentou a fundamentação e o Voto de Louvor à atleta Diana Lobo Guimarães, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

ANA MARIA ROCHA ESTEVES RODRIGUES apresentou dois temas: no primeiro, elogiou e homenageou o Grupo Coral dos Pequenos Cantores da Maia, pelo muito que tem feito na divulgação da cultura maiata e pelo apoio dado à "A Causa da Criança", oferecendo a esta Instituição a receita do seu Concerto de Ano Novo comemorativo do seu XV aniversário e no segundo tema, questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o ponto da situação da criação da figura do Provedor do Cidadão com Deficiência, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA comentou a Visita Temática sobre a Educação e Acção Social, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES leu um texto que continha três assuntos relacionados com a freguesia de Vila Nova da Telha: no primeiro, pediu à Câmara solução



para acabar, definitivamente, com as inundações em diversos arruamentos da freguesia, as quais causam grandes prejuízos e incómodos aos seus moradores; no segundo, questionou a Câmara sobre a instalação de uma Esquadra da PSP ou GNR para diminuir os problemas de segurança de pessoas e bens, e no terceiro, manifestou a sua preocupação sobre a alteração do percurso da Linha n.º 87 dos STCP, que a partir do próximo ano deixará de passar na freguesia. A este propósito, leu uma Declaração de Protesto aprovada, por unanimidade, na última Assembleia de Freguesia de Vila Nova da Telha. Os textos atrás referidos fazem parte integrante da acta como **documentos 9 e 10**. -----

FRANCISCO AMORIM SANTOS BAPTISTA abordou dois temas: no primeiro, falou da reestruturação dos STCP, e de forma especial, a alteração das linhas que serviam o concelho da Maia, tendo apresentado uma proposta para a constituição de uma comissão parlamentar para acompanhar o impacto da reestruturação das linhas dos STCP no nosso concelho, e no segundo, falou da Visita Temática sobre Educação e Acção Social, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. Sobre os êxitos alcançados pela jovem atleta Diana Lobo Guimarães, presente na sala, disse o seguinte: "Diana, o teu exemplo é muito mais do que o que eu sou capaz de compreender. Obrigado pelo teu exemplo. Que sirvas como um referencial para todos os jovens deste país. Aos jovens da minha idade apenas nos podes encher de orgulho. Muito obrigado, Diana". Finalizou com votos de Boas Festas. ---

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA falou sobre a introdução das portagens, da criação da Plataforma Logística Urbana Maia/Trofa, da reestruturação da rede dos SPCP e do PIDDAC, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. No fim, leu e apresentou uma Moção contra a introdução de portagens no IC24 e que faz parte integrante da acta como **documento 13**. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA louvou a Câmara Municipal por ter apresentado o Plano e Orçamento para 2007 em formato digital; louvou, também, os jovens

cidadãos da Escola Secundária da Maia, fez votos para que da Sessão da Assembleia Municipal a que assistiam, pudessem resultar um ensinamento sobre cidadania, mas esperava que os Senhores Deputados estivessem à altura de o dar condignamente. Corrigiu a intervenção do Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina sobre a reestruturação dos STCP. Disse que a freguesia de Vermoim não tinha perdido transportes dos STCP, mas que não estava satisfeita com a sua reestruturação e, disso havia dado conhecimento à sua Administração, nos contactos havidos com a Senhora Presidente do Conselho de Administração, com resultados, uma vez que os previstos seis meses para avaliação dos impactos da reestruturação, no caso de Vermoim, as propostas sugeridas iriam ser implementadas em Janeiro. Sugeriu a subscrição de toda a Assembleia da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para a constituição de uma comissão parlamentar para acompanhar o impacto da reestruturação das linhas dos STCP no nosso concelho. De seguida, leu um texto e um Voto de Protesto contra a imposição de portagens no IC24 e que fazem parte integrante da acta como documentos 14 e 15 respectivamente.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que estavam esgotados os sessenta minutos regulamentares para o Período de Antes da Ordem do Dia. Propôs, e foi aceite pela Assembleia, o prolongamento deste Período por mais trinta minutos.

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS louvou o exemplo de cidadania que os alunos do 8.º E da Escola Secundária da Maia estavam a dar com a sua presença na Assembleia. Informou o resultado da última reunião, realizada no pretérito dia 3 de Outubro, de que faz parte na sua qualidade de representante da Assembleia Municipal, na Comissão Municipal da Maia, constituída pelos representantes do Ministério da Economia, da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, da Associação Empresarial da Maia e da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, e criada nos termos da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, que tem por função decidir os pedidos de Instalação e Modificação de



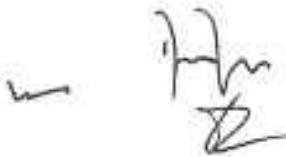
Estabelecimentos de Comércio a Retalho. Nessa reunião, foram analisados três pedidos de instalação: o primeiro era um estabelecimento do Grupo Intermarché, na Picua, que fora vetado por falta de cabimento no PDM; o segundo, uma unidade dos Staples Office Center em Mandim e o terceiro um estabelecimento Modelo, nas futuras instalações do Centro Comercial Forum Theatrum, nas Guareiras, que foram aprovados.

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA lamentou que a aprovação, em 1983, pelo Governo Central, para a instalação de uma unidade policial na Vila de Moreira, do tipo B, constituído por 30 guardas, 5 subchefs e um subchefe-ajudante, continuasse a aguardar a sua concretização. Louvou a atitude do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata por se ter interessado por este assunto ao apresentar na Assembleia da República um requerimento, sobre este assunto, ao Governo. Agradeceu à Câmara e à Assembleia Municipais os esforços realizados junto do Governo Central. Lamentou que as instalações de um edifício, adquirido pela Câmara Municipal há quinze anos, para nele serem instaladas as forças de segurança, sejam utilizadas, presentemente, não como sede dos que combatem os marginais, mas pelos próprios. A vinda do Metro para a Maia também teve uma consequência negativa, pois tem servido como meio de transporte dos marginais doutros concelhos que para aqui vêm de Metro e regressam de automóvel e com os bolsos cheios. Informou que, sobre este assunto, na próxima Sessão da Assembleia de Freguesia da Vila de Moreira, prevista para o próximo dia 22, iria ser apresentada uma Proposta, que gostaria que pudesse ser presente na 2.ª Reunião desta Sessão da Assembleia Municipal. E, posteriormente, ser enviada ao Senhor Ministro da Administração Interna. A finalizar, agradeceu o apoio da Câmara e da Assembleia Municipais às iniciativas culturais realizadas na freguesia da Vila de Moreira, dando realce ao XX Encontro com a Arte e ao Encontro de Coros de Natal. Lamentou a ausência de muitos Senhores Deputados Municipais nestes eventos.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA louvou a atitude da

professora e alunos do 8.º E da Escola Secundária da Maia. Pediu à Mesa da Assembleia que registasse em acta o voto de louvor ao Senhor Deputado da Assembleia Municipal, que por ter renunciado ao mandato iria ser substituído no cargo na presente Sessão. Cumprimentou o Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes que liderou a Bancada da CDU, durante longo tempo, na Assembleia Municipal. Via a sua partida com muita tristeza e considerou que o Senhor Deputado deu um grande contributo e foi uma mais-valia para este Órgão e à Maia. As suas funções foram sempre desempenhadas com grande rigor, seriedade e verticalidade. Ao seu substituto na liderança da Bancada, o Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina, desejou os maiores sucessos, e que poderia encontrar no seu antecessor um bom exemplo a quem pediu que lhe transmitisse estas suas palavras. Os permanentes pedidos de renúncia ou substituição tornava-se um assunto preocupante e justificativo para uma análise numa próxima reunião de Líderes. Registou como razão da sua preocupação a saída de dois cabeças-de-lista e a razão fundamental para uma séria reflexão sobre o assunto. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que comungava das palavras anteriormente referidas sobre o Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes, que considerou como um cidadão comprovadamente empenhado na vida cívica e política do seu concelho. Sobre a Visita Temática sobre a Educação e Acção Social, esclareceu que não iria fazer uma intervenção de carácter político sobre a questão da Educação, mas apenas tecer alguns comentários sobre a iniciativa levada a cabo pela Assembleia Municipal. Considerou que a visita poderia ter sido muito útil se, na sua organização, se centrasse no fundamental, ou seja numa postura, num contacto directo atento com a realidade, dos pontos fracos, dos desafios e de auscultação atenta ao que os cidadãos maiatos, nos diferentes níveis da vida cívica, nos transmitiam. Desta forma, as Visitas Temáticas poderiam servir de complemento a um trabalho regular dos Senhores Deputados Municipais, através do contacto directo com a realidade. A Visita Temática tinha servido para confirmar algumas das realidades que o Partido



Socialista já sabia e que era a existência de comunidades empenhadas na educação das crianças e jovens no nosso concelho, numa altura em que se verificava um exagerado e disparatado empenhamento político do descontentamento da classe docente. A visita tinha, ainda, servido como uma reflexão para entender alguns desafios. Na posição de auscultação, saber ouvir as pessoas, ou se nos colocamos numa postura de proclamação dos nossos pontos de vista, um órgão plural como a Assembleia Municipal, deveria ter a oportunidade de os manifestar. A Assembleia Municipal não poderia elaborar uma visita, com processo de organização, no qual fosse combinado ouvir as pessoas, com a proclamação de que o Executivo Municipal pensava sobre o assunto. A necessidade de continuação da construção de equipamentos escolares, provocado pelo crescimento demográfico, a expansão pré-escolar desencadeada na última década, obrigava a um esforço importante de construção de equipamentos educativos, era o primeiro desafio, para a Maia dispor, em todo o concelho, de uma rede de escolas a tempo inteiro. Outro desafio era a necessidade de construir uma melhor articulação entre a Educação e a Ação Social. A finalizar, disse que a visita Temática tinha servido para evidenciar a debilidade do sistema educativo no concelho, centrada numa perspectiva educativa ao longo da vida com capacidade de resposta a todas as etapas do percurso individual dos cidadãos. Os locais visitados tinham servido para verificar, de forma clara, que o Executivo tinha as suas atenções muito centradas no ensino pré-escolar e no primeiro ciclo, áreas da sua responsabilidade; porém, deveria também canalizar as suas forças e preocupações noutras dimensões do trabalho educativo e o Partido Socialista estava disponível para colaborar neste esforço.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro que não necessitava de ter apresentado o pedido formal de anulação da falta à 4.ª Sessão da Assembleia, realizada a 27 de Setembro último, uma vez que a mesma já havia sido relevada. À Senhora Deputada Ana Maria Rocha Esteves Rodrigues disse que a criação

da figura do Provedor do Cidadão com Deficiência estava em curso na Câmara Municipal e que, pela sua parte, iria estar sempre muito atento a este assunto. Ao Senhor Deputado Francisco Amorim dos Santos Baptista pediu que formalizasse a entrega da sua Proposta para a Constituição de uma Comissão Parlamentar para estudo do impacto da reestruturação das Linhas dos STCP na Maia, referido na sua intervenção, a fim de poder ser votada a sua admissão, discussão e aprovação. Sobre este assunto, disse que acompanhava com muita atenção e alguma preocupação a reestruturação das Linhas dos STCP, com inicio previsto para o primeiro dia do próximo mês. As Visitas Temáticas não eram acções de propaganda, mas, porque tinham como objectivo o estudo, esclarecimento, análise local e formação dos respectivos temas, das mesmas não deveria ser feita qualquer leitura política. -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA entregou à Mesa a Proposta para a Criação de uma Comissão Parlamentar para estudo do impacto da reestruturação das Linhas dos STCP na Maia e que faz parte integrante da acta como **documento 16**. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, louvou a Assembleia Municipal pelo êxito da sua última Visita Temática subordinada ao tema Educação e Acção Social, que tinha permitido aos Senhores Deputados Municipais constatar a qualidade dos nossos equipamentos escolares. Louvou os alunos do 8.º ano, turma E da Escola Secundária da Maia, pela sua lição de cidadania, aos quais se disponibilizou para os receber no seu Gabinete. Louvou também a jovem atleta Diana Lobo Guimarães pelos seus êxitos alcançados na natação. Agradeceu as palavras elogiosas aos Serviços de Protecção Civil. Concordou com o elogio proferido pela Senhora Deputada Ana Maria Rocha Esteves Rodrigues, ao Coral dos Pequenos Cantores da Maia, o qual tem sido convidado para muitos concertos. A criação da figura do Provedor do Cidadão com Deficiência estava no Gabinete Jurídico da Câmara para elaboração do respectivo Estatuto. As inundações em Vila Nova da Telha, referidas pelo Senhor Deputado Floriano de Pinho



Gonçalves, eram um assunto que a Câmara Municipal estava a ser debatido pelos serviços competentes da Câmara Municipal. A reestruturação das Linhas dos STCP, referida por vários Senhores Deputados, era um tema muito importante e demasiado sério e que era objecto da sua permanente atenção, de um contacto quase permanente e reuniões com os Senhores Presidentes de Junta e com a Senhora Presidente do Conselho de Administração dos STCP. As propostas apresentadas, na reunião com a Administração dos STCP, pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, tiveram a promessa da responsável máxima dos STCP que iriam ser aceites na sua maioria. A instalação de uma unidade policial na Vila de Moreira tinha sido indeferida pelo actual Governo. Concordou com a contestação às portagens no IC24, referida pelos Senhores Deputados Adélio André Pastor Grazina e Aloísio Fernando Maia Nogueira. A Câmara Municipal já tinha manifestado o seu desagrado ao Governo pela medida anunciada. A Plataforma Logística também anunciada pelo Governo para uma zona agrícola rica da freguesia de Folgosa, também tinha sido objecto de contestação e proposta de deslocalização, um pouco para sul, na Zona Industrial Mais II.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão a Moção de manifestação contra a introdução de portagens no IC24, apresentada pela CDU e que faz parte integrante da acta como **documento 13**.

----- A Moção foi admitida por unanimidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão.

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado:

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA propôs a fusão da Moção da CDU com o Voto de Protesto por ele apresentado, uma vez que tinham um objectivo comum, manifestar um protesto contra a introdução das portagens no IC24/A41.

----- Os Senhores Deputados da CDU não manifestaram acordo a esta proposta.

----- Posta à votação, foi **aprovada por unanimidade**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu a Proposta da CDU para a criação de uma Comissão de Acompanhamento ao realojamento dos moradores do Bairro do Sobreiro e que faz parte integrante da acta como documento 17. Posta à votação a sua admissão, foi aprovada por unanimidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão.

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu ao Senhor Deputado da CDU a retirada da Proposta, pois, apesar de não se opôr à criação da Comissão, considerou que o processo de realojamento dos moradores do Bairro do Sobreiro estava a decorrer muito bem; a parceria público-privada a criar eram de capitais maioritariamente públicos, a Assembleia só poderia constituir comissões de entre os seus pares e não com terceiros e a proposta deveria ter mais fundamentação. Reiterou o seu pedido de retirada e o seu envio para análise à Comissão de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal.

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO considerou que este assunto era uma matéria muito complexa. O Partido Socialista estava disponível para integrar qualquer comissão a criar. Sugeriu ao Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina a discussão desta proposta no ponto 3.6 da Ordem de Trabalhos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que as propostas ou moções tinham um período próprio para a sua discussão: o Período de Antes de Ordem do Dia. Além disto, o ponto 3.6 da Ordem de Trabalhos, a constituição de uma empresa mista de capitais público-privados era um assunto diferente da proposta em discussão.

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA disse que o objectivo da CDU não era o de apresentar a sua proposta no Período de Antes da Ordem do Dia, mas sim, no ponto 3.6 da Ordem de Trabalhos e só nesta perspectiva aceitaria pedir a sua retirada.

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA esclareceu que o Senhor Deputado Antonio



Fernando Gomes de Oliveira e Silva não se tinha furtado à constituição duma comissão para acompanhar o realojamento dos moradores do Bairro do Sobreiro, uma vez que também era parte interessada. Além disso, tinha dúvidas sobre a constituição de uma comissão parlamentar com elementos não eleitos. Considerou que a proposta deveria ser retirada e aperfeiçoada e melhor burilada na Reunião da Comissão de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal. Caso contrário, corria-se o risco de se criar uma comissão inútil.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação o pedido de retirada da proposta. -

----- A proposta foi retirada por unanimidade. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão do Voto de PÚBLICO Louvor a dois colaboradores do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia, apresentado pelo Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, e que faz parte integrante da acta como documento 4.

----- O Voto de PÚBLICO Louvor foi admitido por unanimidade. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão.

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a retirada da proposta baseada em três pressupostos: a Protecção Civil da Maia não tinha "extrema dificuldade de recursos técnicos e humanos", pois, dispunha dos necessários meios técnicos e humanos. O segundo, para referir que, apesar de estar de acordo com o trabalho dos voluntários e de todos os seus colaboradores, estava em desacordo com a indicação do nome de dois funcionários e não ao seu todo; além disso, nenhum Deputado Municipal tem competência para poder avaliar a competência, o desempenho e o profissionalismo dos funcionários municipais. Em terceiro lugar, o responsável da Protecção Civil da Maia era o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vereador com poderes delegados, o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro ao apresentar um voto de público louvor a dois funcionários da Protecção Civil, tinha-se

esquecido do seu "comandante" e esta atitude era uma atitude lamentável. Por tudo isto e porque a sua Bancada não desejava inviabilizar uma proposta, que considerou perigosa, sugeriu ao Senhor Deputado que a retirasse para ser reformulada. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA disse que quase estava de acordo com a sugestão do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. Considerou imprópria, mas não propositada, uma proposta de louvor a dois funcionários de um Serviço por ele organizado, com orgulho, num período em que tinha sido Vereador da Câmara Municipal. A Protecção Civil da Maia tinha mais colaboradores com igual dedicação e competência. Por esta razão, sugeriu ao Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro que pedisse a retirada da sua proposta para ser reformulada de forma a poder aprovada por unanimidade. -----

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO esclareceu que pelo facto dos visados, no seu Voto de PÚBLICO Louvor, serem funcionários da Câmara Municipal não perdiam o direito de serem louvados. Os louros não deviam ser colocados aos responsáveis máximos quando os resultados eram bons, mas aos que no terreno lutavam por isso. Se o Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira, na qualidade de fundador da Protecção Civil da Maia, entendia que os dois funcionários não eram merecedores de serem louvados, a proposta deveria ser retirada, e a decisão da sua retirada pertencia-lhe. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA chamou a atenção para o adiantado da hora e que se absteria na votação da proposta em discussão fosse votada com a actual redacção. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA informou que se a proposta fosse reformulada com a exclusão dos dois nomes nela incluídos e a inclusão de todos os colaboradores da Protecção Civil, a Coligação "Primeiro as Pessoas" poderia tomar uma atitude, da qual daria conhecimento à Assembleia, após ter ouvido a resposta do Senhor Deputado autor da proposta. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES considerou absurda a tentativa de



protagonismo sobre este assunto. A intenção que tinha presidido à apresentação da proposta era a de louvar o trabalho dos profissionais e voluntários da Protecção Civil. Se o cerne da questão estava na retirada do nome de pessoas concretas, o PS não via qualquer dificuldade na sua retirada e a substituição dos dois nomes por "todos os colaboradores de Serviço de Protecção Civil". Por esta razão, propôs a alteração do texto do segundo parágrafo com a seguinte formulação: "Tendo em conta estes factos e salientando a indiscutível competência e o trabalho em prol da Maia demonstrada pelo profissionais do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia...". No parágrafo seguinte, passaria também a ter a seguinte formulação: "...com o objectivo de homenagear, agradecer e incentivar esses méritos ao Serviço Municipal de Protecção Civil no seu todo". Esperava que o corte de meia dúzia de palavra poderia haver consenso na aprovação do Voto de PÚblico Louvor em análise e o corte de algumas palavras inúteis, ditas na discussão deste documento.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA pediu ao Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que entregasse o documento com o novo texto da proposta para ser integrado na acta desta Sessão.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que o Serviço Municipal de Protecção Civil dispunha dos necessários meios técnicos e humanos, ao contrário da proposta que referia que o Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia trabalhava "numa base de extrema escassez". Por não ser verdadeira esta afirmação, sugeriu que fosse retirada da proposta o texto em causa. Além disso, o Senhor Vereador responsável pelo Protecção Civil que sempre acompanhava as acções da Protecção Civil, "de dia e de noite e para todo o lado", era também merecedor de um público louvor.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o texto final da proposta e que era do seguinte teor: "O Serviço Municipal de Protecção Civil do concelho da Maia, a trabalhar numa base de extrema escassez de recursos técnicos e humanos ao seu dispor, na sua grande maioria

em regime de voluntariado e num contexto particularmente difícil devido aos inúmeros fogos e intempéries naturais que, nos últimos tempos, têm assolado a nossa terra, deixou bem patente o sacrifício, a coragem, a abnegação, o profissionalismo e a dedicação à causa pública de que estão, apesar de tudo, imbuídos os seus elementos na prossecução da sua missão. Tendo em conta estes factos e salientando a indiscutível competência e o trabalho em prol da Maia demonstrados pelos profissionais do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia, bem como por todos os voluntários, que de uma forma desinteressada, altruista e solidária dão o seu contributo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, com o objectivo de homenagear, agradecer e incentivar esses méritos ao Serviço Municipal de Protecção Civil no seu todo, um Voto de PÚblico Louvor enaltecedo o facto de serem reconhecidos como dignos representantes do exemplo e dos valores que devem presidir a um organismo que serve a comunidade". -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a reposição da verdade na globalidade. Se o PS o fizesse, o grupo parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas" votaria a favor a proposta, caso contrário, votaria contra e ele próprio apresentaria, numa próxima Sessão, uma proposta na qual o Serviço Municipal de Protecção Civil não "trabalhava numa base de extrema escassez de recursos técnicos e humanos". Se esta frase não fosse corrigida, por não ser verdadeira, a Coligação votaria contra. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a aprovação do Voto de PÚblico Louvor ao Serviço Municipal de Protecção Civil. -----

----- O documento foi reprovado por maioria, com quatro votos favoráveis dos Senhores Deputados do Partido Socialista Luis Maria Fernandes Areal Rothes, Fernando Augusto Machado Ferreira, Hélder da Costa Pereira Ribeiro e Hugo Filipe Ramalho Campos; vinte e dois votos contra dos Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas" e treze abstenções do Senhor Presidente da Assembleia e dos restantes

Senhores Deputados.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA fez uma declaração de voto. A sua anunciada abstenção tinha sido tomada logo após ter ouvido a o primeiro parágrafo da proposta, que referia extrema escassez de meios. Recomendou mais cuidado na elaboração deste tipo de documentos.

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. O seu voto contra fora motivado por duas razões: a primeira por discordar da acusação de extrema escassez de meios técnicos e humanos e de referência concreta ao nome de pessoas. A segunda para lembrar que a apreciação de pessoas obrigava a um voto por escrutínio secreto.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão do Voto de Protesto, apresentado pelo Senhor Deputado Aloísio Fernando Maia Nogueira, contra a anunciada intenção do Governo estabelecer portagens no IC24/A41 e que faz parte integrante da acta como documento 15.

----- O documento foi admitido por unanimidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão.

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a sua aprovação.

----- O documento foi aprovado por unanimidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão do Voto de Louvor, apresentado pela Bancada da Coligação "Primeiro as Pessoas", à jovem atleta Diana Lobo Guimarães e que faz parte integrante da acta como documento 6.

----- O Documento foi admitido por unanimidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão.

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a sua aprovação. -----

----- O documento foi aprovado por unanimidade. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão a Proposta para a constituição de uma Comissão Parlamentar para o Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP na Maia, apresentado pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Francisco Amorim dos Santos Baptista, e que faz parte integrante da acta como **documento 16.** -----

----- O Documento foi admitido por unanimidade. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a sua aprovação. -----

----- O documento foi aprovado por unanimidade. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a constituição da Comissão, agora aprovada, seria feita na próxima reunião do Grupo de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal. -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ARTIGO 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Municipais: -----

JOSÉ DA SILVA MAIA, residente da Praceta das Mimosas, 143, 1.º D, na freguesia de Vermoim, que na sua qualidade de Membro da Associação de Moradores do Sobreiro, solicitou esclarecimentos sobre o fundamento de notícias vindas a público sobre o Plano de Realojamento dos moradores, previsto na Parceria Público Privada a ser criada, tendo por accionistas a Espaço Municipal, E.M. e a Sociedade de Direito Espanhol "MRA – Miguel Rico e Associados, S.A.". A sua ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento**

H
P

18.

ALFREDO SÉRGIO PINTO DE LEMOS, residente na Rua de Joaquim Ferreira da Costa, 516, na freguesia da Maia, falou sobre os prejuízos provocados aos munícipes da Maia que adviriam com a reestruturação das linhas dos STCP. Considerou que a Maia iria ficar prejudicada com a extensão de cerca de 50% das carreiras existentes, nomeadamente a Linha 2 (Boavista/Maia/Boavista), pois iria prejudicar os moradores e os trabalhadores das empresas localizadas à ilharga da Via Norte, pois, sem o Metro, por se localizar distante, e sem a Linha 2, ficariam privados de transportes públicos. Lamentou a falta de informação dos STCP nas carreiras existentes bem como na Internet. A sua ficha de inscrição faz parte integrante da acta como documento 19.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3. 1. RENÚNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES E MARIA EMÍLIA GOMES NEVES SOUTO, SUAS SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ARTIGO 8.º E 11.º DO REGIMENTO;

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que nos termos legais e regimentais o substituto, por renúncia ao mandato, do Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes, era o número três da Lista de Candidatura da CDU, o Senhor Augusto Pereira Teixeira, que por ter pedido a suspensão do mandato por 180 dias, bem como os seguintes cinco candidatos da mesma lista, seria substituído durante este período pela nona candidata da mesma lista, a Senhora Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva. Chamou-a, identificou-a, empossou-a e convidou-a a tomar o seu lugar de Deputada Municipal. Devido à renúncia ao mandato da Senhora Deputada do Partido Socialista, Maria Emilia Gomes Neves Souto, nos termos legais e regimentais, foi substituída pelo Senhor Joaquim Soares da Silva, que depois de identificado, tomou o seu lugar na Bancada do PS. Pediu à Assembleia para proferir umas palavras sobre o Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes. Fora com muita pena que tinha recebido o seu pedido de renúncia. No desempenho das suas funções de Deputado Municipal, ao longo de

três mandatos, tivera a possibilidade de o poder conhecer e constatar que era dotado de qualidades que muito admirara. A sua renúncia era uma perda para a Assembleia. Considerou-o um Homem de carácter, de pensamento, de personalidade e de convicções próprias. A sua postura e a forma como encarava as questões que lhe eram colocadas, sempre tinha demonstrado, com toda a seriedade, um bom conhecimento técnico em todas elas. O Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes, nesta qualidade, sempre colocara o Homem acima de tudo. Sempre tinha comprovado um grande amor e empenho na participação de uma Maia Melhor, pois sempre a privilegiara, em detrimento de questões políticas ou pessoais. Não ficaria bem com ele próprio se não proferisse estas palavras. Desejou-lhe as maiores venturas na sua vida pessoal e prometeu que poderia contar com ele, naquilo que lhe pudesse ser útil. --

3.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.^{OS} 6 E 7/2006;

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra -----

----- Postas à votação as duas actas tiveram a seguinte votação: a acta número 6/2007 foi aprovada por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Deputados Arídio dos Anjos Teixeira e Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva. A acta número 7/2007, também foi aprovada por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Deputados Joaquim Soares da Silva e Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva. As abstenções foram justificadas por não terem participado nas respectivas Sessões. -----

3.3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, [(ALÍNEA E) DO N.^o 1 DO ART.^o 5.^o DO REGIMENTO],

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a "Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal", que faz parte integrante desta acta como documento 20. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

3. 4. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO - ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2007:

O PRESIDENTE DA CÂMARA pediu para proferir uma exegese prévia sobre este assunto antes da sua discussão. Antes da sua leitura, saudou e fez votos de um bom mandato aos Senhores Deputados que tinham sido empossados. Louvou o Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes pela sua postura, seriedade e defesa da causa maiata, durante os anos que exerceu, com dignidade, o cargo de deputado municipal pela CDU. Era uma pessoa de quem muito gostava e que a Assembleia Municipal tinha ficado mais pobre com a sua saída. Leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 21.**

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 22.**

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 23.**

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 24.**

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 25.**

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 26.**

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que não valeria a pena discutir com quem insistia em considerar o documento em discussão uma realidade virtual. Considerou o Plano e Orçamento para 2007 de histórico, pois, o Executivo tinha conseguido que fosse enquadrado na mudança profunda da nova legislação, uma nova realidade que tinha

sido emanada da nova Lei de Finanças Locais. O Partido Socialista, na sua intervenção, tinha sido omissos na referência a este assunto, pois, para o PS da Maia a nova Lei de Finanças Locais iria trazer melhores benefícios para a Maia. O Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes no seu discurso tinha reconhecido que a Maia era um concelho atractivo e continuava a insistir em designar a actual Maioria de Conservadora. Concordou com esta designação, por considerar que a referida Maioria, ao longo dos últimos anos, sabia conservar o poder na Maia. O Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes tinha acusado o Executivo de falta de ambição por não apresentar obras a realizar, porém, o PS não tinha referido, uma única, que desejasse ver efectivada. Lamentou que tenha acusado o Executivo de delírio orçamental. O Partido Socialista deveria dizer, uma vez por todas o que pretendia e quais as obras subsidiadas. O Orçamento revelava em análise, face aos constrangimentos existentes, a necessidade de não frustrar expectativas, dar conforto aos maiatos e a todos os que no futuro, para aqui desejasse vir morar. A finalizar, disse que tinha ficado a saber, pelo PS, que era uma prática instituída, os Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia, "votarem dum qualquer forma". O Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes deveria estar enganado, uma vez que a realidade virtual, que inconsistentemente repetia nas suas intervenções. Lembrou ao Senhor Deputado que na Bancada do Partido Socialista havia membros que não podiam viver na sua realidade virtual, que eram os Senhores Presidentes de Junta, por conhecerem e bem, a realidade do terreno que trilhavam, poderiam votar de forma diferente dos outros Senhores Deputados do PS. Esta era a razão do voto diferente dos Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista e não outra.

HUGO FILIPE RAMALHO CAMPOS disse que não iria abordar um assunto que já tinha sido suficientemente escalpelizado, mas apenas iria usar da palavra com o intuito de fazer uma reflexão. Referiu ter ficado satisfeita com a prestação do Líder da Bancada da Maioria e sobre as suas conclusões à intervenção do Partido Socialista. Considerou o discurso do Senhor



Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva "também virtuoso, mas muito pouco assertivo", a quem acusou teimar em não dar razão à Oposição, que teimava, na sua perspectiva, em ter razão. Tinha ficado a saber, pelo Senhor Deputado, que afinal o monstro da dívida existia, ao afirmar que tinha sido o responsável por fazer da Maia um concelho atractivo, o que significava que a Maia tinha uma dívida monstruosa. Aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia fez a seguinte pergunta: "Os senhores quando votarem este Orçamento, vão fazê-lo, com certeza, em consciência. Sentem que os vossos interesses e as vossas reivindicações estão devidamente salvaguardados? Meus senhores! O Senhor Deputado acaba de falar em obra que nós não fomos capazes de indicar. Uma única. Já agora lanço a seguinte pergunta: Senhor Deputado, é capaz de indicar uma grande obra neste Plano? Uma única?" A resposta seria negativa, uma vez que o investimento previsto se destinava a pagar, quase exclusivamente, para investimentos já realizados e inaugurados, nomeadamente o PER e a Quinta da Caverneira. Perguntou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia se estavam satisfeitos com o Orçamento apresentado e iria estar atento à votação, apesar de compreender o seu posicionamento. O slogan da Coligação era "Primeiro as Pessoas". Não compreendia a postura do Senhor Presidente da Câmara que afirmara privilegiar as pessoas, que acusou de esquecer a Infância e a Terceira Idade, uma vez que no Orçamento tinham dotações muito reduzidas e muito aquém das necessidades dos maiatos.

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO disse que ia falar de factos concretos e não virtuais. Quem consultasse o PIDAC para 2007 e INE, no que respeita à Maia, poderia verificar que a Maia era um concelho atractivo, em contradição com a afirmação do Partido Socialista. Esclareceu que a Maia tinha uma dívida, mas era uma dívida planeada e não o monstro referido pelo PS, que tinha recusado uma proposta para a baixar e reduzir o seu pagamento. Considerou que a Lei das Finanças Locais iriam premiar o mau aluno e castigar o bom. A Maia, por ter sido um bom aluno nos investimentos e melhoria da qualidade de vida

iria ser punida no apoio ao investimento. Acusou o PS de ser egoísta ao considerar a Lei de Finanças Locais boa para a Maia, quando, na realidade, deveriam ter uma visão do país global e com critérios de equidade para todos os concelhos do país, e, não castigar os que tinham obra feita e proteger os que pouco ou nada tinham realizado. O discurso do PS sobre "Orçamento Virtual" deveria ser alterado, uma vez que na Maia havia um passado que estava à vista de todos, e o Orçamento para 2007 era um projecto de consolidação orçamental, mas acima de tudo, executável e contrário aos anseios do PS e de acordo com os da Coligação "Primeiro as Pessoas".

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES afirmou que, na apresentação de uma qualquer proposta num qualquer fórum político, a diferença de opinião deveria ser considerada uma normalidade. A Coligação deveria habituar-se à ideia de que havia quem pensasse de forma diferente. A Maia era um concelho com um forte crescimento demográfico, porém, o crescimento demográfico de um concelho não significava uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes. A Maia era um concelho que, em relação aos seus parceiros da Grande Área Metropolitana do Porto, oferecia condições relativamente interessantes, porém, havia uma realidade que não poderia ser esquecida e que era um problema sério, e que passava pela grande divisão que se verificava entre a parte ocidental e a oriental da Grande Área Metropolitana do Porto. A parte ocidental, na qual se incluiam os concelhos da Maia, Matosinhos, a parte ocidental do Porto e de Vila Nova de Gaia, oferecia melhores condições de vida; ao contrário da parte oriental da GAMP, na qual se incluiam os concelhos de Gondomar, Valongo, a parte oriental do Porto e Vila Nova de Gaia, que tinham condições de vida complicadas. Esclareceu que a qualidade de vida era medida pelas condições que tinham os seus habitantes e o indicador fundamental era o seu salário médio. Na Maia, o nível médio dos salários não ocupava os primeiros lugares dos concelhos da GAMP, mas sim o terceiro. Esperava, no futuro, que o nosso concelho passasse para o lugar cimeiro. As suas palavras

sobre o sentido de voto dos Senhores Presidentes de Junta, era de que era uma prática habitual, nas anteriores Sessões da Assembleia Municipal, havia uma margem de autonomia para os Senhores Presidentes de Junta da oposição. Sobre o "monstro da dívida", esclareceu que tinham sido os próprios Serviços da Câmara, que em documentos enviados à Assembleia Municipal, tinham sublinhado as dificuldades existentes. Sobre deficit virtuoso, chamou a atenção para uma realidade à qual ninguém se poderia furtar: a dívida era uma realidade e um problema muito sério e não um endividamento virtuoso. A finalizar, disse que havia muito a melhorar no Plano e no Orçamento apresentado.

ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO disse que tinha ficado muito melindrado com a intervenção do Senhor Deputado do PS, Hugo Filipe Ramalho Campos. Nos seus 27 anos de autarca, dos quais 21 como Presidente de Junta de Freguesia, nunca tinha tido necessidade de receber lições de ninguém no sentido de controlar o seu sentido de voto. Quem o poderia controlar eram os nogueirenses que nas urnas sempre lhe tinham dado maioria absoluta. Esclareceu que os tempos da Pide já tinham passado, que estava satisfeita com o Orçamento, no que lhe dizia respeito, e que iria votar a favor, de forma consciente e não a fazer fretes ao Senhor Presidente da Câmara, pois, o seu exercício de autarca era o de olhar e zelar pelos interesses da sua terra e dos que o elegeram.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu o Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves que a obra na Rua Vilar do Senhor ia ser realizada. A sinalização iria ser objecto de estudo. No Plano não havia obras repetidas, mas, sim, devem constar do Plano enquanto não estiverem totalmente pagas. Sobre a acusação de não haver novos investimentos para o próximo ano, esclareceu que havia cerca de cinquenta novas obras para serem concretizadas, muitas de elevado valor. Sobre a dívida, pediu para não se preocuparem com isso, pois, tudo estava bem, pois sabiam o caminho que estavam a trilhar.

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria, com quinze votos contra: onze de

Senhores Deputados do PS, dois dos Senhores Deputados do BE e dos dois Senhores Deputados da CDU e vinte e cinco votos a favor: vinte e dois de todos os Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas", e três dos Senhores Deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia de Águas Santas, Gueifães e Vila Nova da Telha e sem abstenções. -----

MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, em seu nome e do Senhor Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Gueifães, António Alberto Anjos Monteiro. Declarou que tinha votado a favor as Grandes Opções do Plano - Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano financeiro de 2007, por entenderem que os projectos, empreendimentos e realizações, oportunamente solicitados ao Senhor Presidente da Câmara para as freguesias de Águas Santas e Gueifães, com especial relevo para os equipamentos educativos, centros cívicos e vias de comunicação, estavam devidamente inscritos naqueles documentos orientadores da actividade do município. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 27**. Após a sua leitura, informou que a tentativa de intromissão do Partido Socialista no seu sentido de voto tinha sido a razão da sua saída do Partido. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Declarou que tinha votado a favor o Plano e Orçamento para 2007, pois entendia que nas actuais circunstâncias e fazendo eco do desafio lançado pelo Senhor Deputado Hugo Filipe Ramalho Campos, representava fielmente as ambições da freguesia de Vermoim, ao contrário do Governo, que através do PIDAC para 2007, tinha desinvestido nesta freguesia ao abandonar a construção de uma escola do 2.º Ciclo do Ensino Básico. -----

HUGO FILIPE RAMALHO CAMPOS pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Disse que tinha registado todos os investimentos previstos para a freguesia de Folgosa e que

JR

esperava para ver se os novos investimentos seriam ser realizados.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA interrompeu a intervenção do Senhor Deputado Hugo Filipe Ramalho Campos, por estar a fazer uma intervenção e não uma declaração de voto.

3. 5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2007 A 2010 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2007 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA;

----- Inscreveveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 28.

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS disse que o Plano Pluriannual de Investimentos para o quadriénio de 2007 a 2010 e Orçamento Ordinário para o ano de 2007 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia eram feitos na base do POCAL. Isto significava a maior transparência e seriedade na sua elaboração. Nos últimos anos, o Partido Socialista tinha elogiado e dado toda a credibilidade ao Plano e Orçamento dos SMAS, ao contrário do da Câmara. Lembrou que o Presidente da Câmara e o Presidente do Conselho de Administração dos SMAS era a mesma pessoa, porém, a oposição tinha uma concepção de credibilidade diferente da mesma pessoa em cada um destes organismos. Deu os parabéns pelo documento apresentado e informou que a sua Bancada iria votar a favor o Plano e Orçamento em discussão.

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO disse que desde o inicio do seu mandato tinha constatado uma dualidade de critério no tratamento dos Senhores Deputados da Oposição e aos da Maioria. Na sua qualidade de Deputado Municipal eleito pelo Partido Socialista no concelho da Maia, tinha tanto valor como qualquer outro Senhor Deputado da Maioria. Na sua qualidade de Deputado da Assembleia Municipal da Maia e de um Ser Humano, exigiu que a Mesa e os Senhores Deputados da Maioria o tratassesem, em primeiro lugar, com urbanidade,

respeito e num tom de voz, no mínimo, urbano, e em segundo lugar, pediu que fosse cumprido o Regimento. A sua postura como cidadão pautava-se por uma conduta educada e polida com os seus semelhantes. Como Deputado Municipal pelo cumprimento escrupuloso do Regimento da Assembleia Municipal. Por tudo, isto exigiu que o tratassesem da mesma maneira, com educação e de forma urbana. Como cidadão, como Deputado Municipal eleito pelo Partido Socialista e por aqueles cidadãos que com o seu voto o tinham eleito, exigiu respeito. Se não lho dessem, provavam com a sua atitude pertencer à classe das pessoas que não gostavam da Maia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA disse que não tinha compreendido a intervenção do Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, talvez por este Senhor Deputado ser urbano e ele ser rural. Lamentou que determinadas pessoas, à falta de argumento, derivavam nas suas intervenções. Em toda a sua vida, a sua conduta tinha-se pautado pelo cultivo da boa educação e boas maneiras. Não admitia de ninguém lições de boa educação, e da mesma forma não o admitia ao Senhor Deputado. Ninguém tinha tido um comportamento menos correcto e revelador de falta de educação em relação ao Senhor Deputado. Lamentou as palavras deste Senhor Deputado de, pela primeira vez nos dezasseis anos de mandato como Presidente da Assembleia, o ter acusado de falta de educação, que, por não ser verdade, não lho podia admitir em seu nome e do da Mesa.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para apresentar um protesto. Pela primeira vez na história da Assembleia Municipal, a actuação do "árbitro" tinha sido colocada em causa. Lamentou que ainda pudessem existir quem desejasse responsabilizar no "árbitro" as sua derrotas. O Senhor Luciano da Silva Gomes, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, tinha provado ao longo de dezasseis anos ter sido merecedor, pela sua isenção, de todos os elogios. Lamentou o que tinha ouvido. Dai o seu protesto.

NUNO FERNANDO FERREIRA DA SILVA pediu a palavra para solicitar um esclarecimento ao Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro. Perguntou-lhe se o Senhor Deputado que na presente Sessão tinha pedido que o respeitassem, era o mesmo Senhor Deputado que no inicio do presente mandato tinha abandonado, a meio, uma Sessão da Assembleia Municipal, desrespeitando os seus pares na Assembleia e todos os cidadãos que com o seu voto o tinham eleito. Esclareceu que a exigência de educação e urbanidade deveria funcionar nos dois sentidos, para se poder ser das mesmas merecedores. O Senhor Deputado, no inicio do seu mandato, tinha dado uma prova negativa.

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria, com duas abstenções dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que devido ao adiantado da hora, eram duas horas e quarenta minutos do dia vinte e um de Dezembro, propôs e foi aceite por todos os Senhores Deputados que a presente Sessão da Assembleia Municipal fosse encerrada, devendo ser continuada numa segunda reunião, a realizar no próximo dia 17 de Janeiro, Quarta-feira, sendo convocados, desta forma, todos os Senhores Deputados presentes para estarem presentes.

----- Não havendo mais assuntos a tratar foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o incerte voto para a sua elaboração definitiva.

----- E sendo duas horas e cinqüenta minutos do dia vinte e um de Dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes e Sousa; pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pela 2.ª Secretária, Maria da Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia.

O Presidente:

O 1.º Secretário: Jeronimo

A 2.º Secretária: Flor da Cunha

doc.1

José António Andrade Ferreira
Rua Manuel Augusto da Costa Maia, 58
4470 – 784 Vila Nova da Telha

✓
D
✓
✓
V.M.
Bem-vindo
P.M.
26/11/06

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada n.º 186
Em 22 / 11 / 06

Exmo. Senhor Luciano da Silva Gomes
Distinto Presidente Assembleia Municipal da Maia
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4470 – 202 Maia

Data: 2006-11-19

Assunto: Suspensão de Mandato

Exmo. Senhor Luciano da Silva Gomes:

Termina no fim do corrente mês o pedido de suspensão de mandato por seis meses como Deputado Municipal que em devido tempo apresentei.

Por se encontrarem inalteradas as condições que me levaram a apresentar esse pedido, sou a solicitar a sua prorrogação por um período de mais seis meses, sem prejuízo de poder decidir regressar à Assembleia Municipal da Maia a qualquer momento, se vier a entender reunidas as condições para que esse regresso se possa verificar.

Com os meus respeitosos cumprimentos, sou a subscrever-me.

De V. Ex.^a

Atentamente,

Andrade Ferreira



Doc. 2

H
P
2

Elisio Cabral de Oliveira
Rua dos Campos Verdes, 168 – Moreira
4470-579 - Maia

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada n.º 254-A

Em 30/12/06

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Maia

Exmo. Senhor,

Razões de carácter profissional que ocorrem, habitualmente, à 4^a feira em Lisboa, não
me permitem estar presente na próxima Assembleia Municipal, pelo que solicito a V.
Exa. a minha substituição.

Cumprimentos,

Elisio Oliveira,

15 de Dezembro de 2006

doc.3

M
R
w

218
18 12 06

Exm.^o Senhor
Luciano da Silva Gomes
Dignissimo Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça do Município
4470-202 MAIA

Maria Luisa Dias Barreto, Deputado da Assembleia Municipal da Maia, eleita na Lista do Partido Socialista, mandato 2005/2009, solicita respeitosamente a V.^a Exc^a se digne mandar substitui-la, ao abrigo do art.^º 10º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, no dia em que está marcada a 5^a Sessão Ordinária desta Assembleia de 2006, 20 de Dezembro.

Aproveita-se, também, para apresentar a V.^a Exc^a e à Digníssima Assembleia os melhores cumprimentos.

Maia, 15/12/06

Maria Luisa Dias Barreto

(Maria Luisa Dias Barreto, Dr.)



P
D

✓ 3°

O Serviço Municipal de Protecção Civil do concelho da Maia, a trabalhar numa base de extrema escassez de recursos técnicos e humanos ao seu dispor, na maioria em regime de voluntariado e num contexto particularmente difícil devido aos inúmeros fogos e intempéries naturais que, nos últimos tempos, têm assolado a nossa terra, deixou bem patente o sacrifício, a coragem, a abnegação, o profissionalismo e a dedicação à causa pública de que estão, apesar de tudo, embuidos os seus elementos na prossecução da sua missão.

Tendo em conta estes factos e salientando a indiscutível competência e o trabalho em prol da Maia demonstrados através do exercício das suas funções pelos Senhores

DR. ANTÓNIO DA SILVA LOPES

E

EUGÉNIO AUGUSTO PAREDES RESENDE VIEIRA

respectivamente Coordenador e Adjunto do Coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil da Maia, bem como por todos os voluntários que de uma forma desinteressada, altruista e solidária dão o seu contributo,

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, com o objectivo de homenagear, agradecer e incentivar esses méritos, propõe que seja atribuído a essas distintas e laboriosas personalidades e ao Serviço Municipal de Protecção Civil no seu todo um

VOTO DE PÚBLICO LOUVOR

enaltecendo o facto de serem reconhecidos como dignos representantes do Exemplo e dos Valores que devem presidir a um organismo que Serve a comunidade.

Maia e Paços do Concelho, 20 de Dezembro de 2006

Helder Ribeiro





30c.5

7-2

Ja verificado,
deve ser comunicado
ao deputado
Helder Ribeiro

19/12/06

Exm.^o Senhor
Luciano da Silva Gomes

Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Hélder da Costa Pereira Ribeiro, não se conformando com a falta que lhe foi marcada na pretérita reunião magna deste órgão, em 27 de Setembro de 2006, com início às 21,30 horas, vem junto de V.^a Excia, ao abrigo do art.^o 55º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, interpor recurso dessa decisão, porquanto:

1. cumpriu com todas as normas e regulamentos em vigor, designadamente no escrupuloso respeito pela letra do art.^o 10º do Regimento, ao requerer a sua substituição no período de 26 de Setembro a 9 de Outubro do corrente ano, conforme comprova a documentação em anexo;
2. teve V.^a Excia oportunidade de conhecer, em tempo útil, o referido pedido uma vez que, tendo sido enviado em 21 de Setembro, por correio azul e registado, deu entrada nos serviços a 27 de Setembro de 2006, pelas 10 horas;
3. o elemento da lista que o substituiria, Dr. Hugo Campos, esteve presente desde o inicio dos trabalhos, 21,30 horas, também de 27 de Setembro de 2006, altura em que entregou em mão a V.^a Excia, através do Líder do Grupo Parlamentar do PS, Prof. Doutor Luís Areal Rothes, cópia do pedido de substituição.

Pelas razões aduzidas, solicita a V.^a Excia a anulação da referida falta, como é de justiça e de direito.

Maia e Paços do Concelho, 20 de Dezembro de 2006

Hélder Ribeiro

Anexo: Subcs.



doc. 1/5
n
J-12



ctt correios

CORRESPONDÊNCIAS
CORREIO REGISTADO
TALÃO DE ACEITAÇÃO



RO 6542 3907 8 PT

ANTES DE PREENCHER LEIA COM ATENÇÃO VEJA AS INSTRUÇÕES NO VERSO

A FORMA MAIS SEGURO DE ENVIAR DOCUMENTOS E OBJETOS VALIOSOS PORQUE TEM:
- TRATAMENTO ESPECIAL - CÓDIGO DE BARRAS COM NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO ÚNICO
- CONTROLO INDIVIDUAL - COBERTURA POR UM SEGURO

DESTINATÁRIO

NOME

Presidente Assembleia Municipal de Vila

MORADA

Vila do Municipio

CÓDIGO POSTAL

4470 202 Vila

REMETENTE

NOME

Helder Lopes

MORADA

R. CARVALHO, 1364-202 Vila

CÓDIGO POSTAL

4470 841 Vila

NACIONAL INTERNACIONAL

SIMPLES

EM MÃO

PESSOAL

CITAÇÃO VIA POSTAL NOTIFICAÇÃO VIA POSTAL NOTIFICAÇÃO VIA POSTAL SIMPLIFICADA CITAÇÃO VIA POSTAL 2º TENTATIVA

CORREIO OFICIAL SIMPLES SACO MULTI-POSTAL LIVRO

EM MÃO

SERVIÇOS ESPECIAIS

AVISO DE RECEPÇÃO (AR) DOMICÍLIO SACO CONTRA REEMBOLSO (CR)

€ ,

SEGURO EXTRA

€ ,

PESO

ITS

1276

CONSERVE ESTE TALÃO, SERÁ NECESSÁRIO EM CASO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO OU RECLAMAÇÃO.

PELA INTERNET OU PELO TELEFONE É POSSÍVEL SABER ONDE SE ENCONTRA O SEU CORREIO REGISTADO EM DETERMINADO MOMENTO.

RECLAMAÇÕES: DEVERÃO SER APRESENTADAS NO PRAZO DE 6 MESES.



LINHA AZUL
808 200 220



INTERNET
www.ctt.pt

O ACEITANTE



doc 2/5
H
DZ

Exm.º Senhor
Luciano da Silva Gomes
Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça do Município
4470-202 MAIA

Hélder da Costa Pereira Ribeiro, Deputado da Assembleia Municipal da Maia, eleito na Lista do Partido Socialista, mandato 2005/2009, solicita respeitosamente a V.º Excia se digne mandar substitui-lo, ao abrigo do art.º 10º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, no período de 26 de Setembro a 9 de Outubro do corrente ano.

Aproveita-se, também, para apresentar a V.º Excia e à Digníssima Assembleia os melhores cumprimentos.

Maia, 06.09.19



(Hélder da Costa Pereira Ribeiro, Dr.)

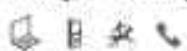
Joc-3/5

[English](#)

~ ~ ~
Z

Mundo dos Correios
Particulares
Empresas
Atendimento On-Line
Pesquisa de Objectos

Sempre Consigo



Empresas CTT

Seleccione



Procurar



Login

Password



Registe-se

[Desenvolvido por innovagency](#)[Condições Gerais](#)[FAQ](#)[Contacte-nos](#)

JUL/06

English

Sa q.

Oferecemos Soluções de Gestão Documental Integral, para qualquer documento?



Mundo dos Correios
Particulares
Empresas
Atendimento On-Line
Pesquisa de Objectos

Sempre Consigo



Empresas CTT

Seleccione

[Homepage > Pesquisa de Objectos](#)

Pesquisa de Objectos

J
R
2

Nº de Encomenda	Tipo Objecto	Estado/Data/Hora/Destino
RO654239679PT	N/A	Objecto entregue 2006/09/22 10:00 MAI/ (PORTO)

Procurar



Login

Password

[Registe-se](#)

Desenvolvido por innovagency

[Condições Gerais](#)[FAQ](#)[Contacte-nos](#)



Centro Distribuição Postal

Zona Industrial Maia I, Sector I

Telf. 22 947 76 03

Fax - 22 947 76 06

4470-000 MAIA

Ex.mos. (as), Srs.(as) .

Hélder Ribeiro

Rua Catassol, 1364 2º Drt.

4470 – 842 MAIA

JZ
H
w

CDP4470/2006/00001

Maia, 03 de Setembro de 2006

Com os n/ melhores Cumprimentos

Em resposta ao seu pedido de informação sobre a situação do objecto nº R0654239679PT aceite em 21-09-2006, na Estação de Gueifães (Maia) destinado a:

*Presidente Assembleia Municipal Maia
Praça do Município
4470 – 202 MAIA*

temos a informar que o mesmo foi entregue no dia 27-09-2005 à Srª, Irene de Oliveira Dias.

Sem mais de momento, subscrevemos - nos com consideração,

O Chefe do Centro de Distribuição Postal

A handwritten signature in black ink.

(Rogério Pereira)



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
 Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
 Exmos. Srs. Secretários da Assembleia Municipal
 Exmos. Srs. Vereadores

Exmas. Sras., Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta
 Srs. Membros da Comunicação Social

*Estimado público, faço este Voto de Louvor a Diana, jovem que
 entrou aqui hoje da Escola Secundária de Maia.*

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje traz-me aqui, ao órgão máximo de discussão das temáticas que afectam o nosso Concelho, um Voto de Louvor.

Um Voto de Louvor, sim, porque venho falar-vos de uma Jovem Maiata muito especial. O seu nome é Diana e a Diana é especial pois com apenas 16 anos já conquistou muitos títulos. Em 2005 nos Estados Unidos da América, então com 15 anos, conquistou 4 medalhas de prata no Campeonato do Mundo de Natação para atletas com paralisia cerebral, feito este já salientado e devidamente homenageado, na época, com toda a justiça por esta Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente Eng.^º Bragança Fernandes.

Aliado a este feito é Campeã Nacional de Natação em 4 estilos e detentora de vários recordes nacionais.

No entanto, já este mês, entre os dias 2 e 8, conseguiu superar todos estes feitos tornando-se **CAMPEÃ MUNDIAL DE NATAÇÃO para deficientes**, em 50m bruços, nos Campeonatos do Mundo realizados na Cidade de Durban na África do Sul. Nestes mesmos campeonatos venceu também a medalha de prata nas estafetas de 4x50m estilos em conjunto com mais 3 jovens atletas nacionais, representando a nossa Seleção Nacional e, não ficando por aqui, ainda conseguiu vencer a medalha de bronze nos 50m costas, o 6º lugar nos 100m livres e o 7º lugar nos 50m livres, onde participaram mais de 550 atletas com as mais variadas deficiências.

De facto a jovem Diana é já um exemplo para todos nós pois além dos feitos desportivos é também uma excelente aluna onde com 16 anos frequenta o 11º ano de escolaridade para o qual transitou com uma média de 15 valores, tendo mesmo há dois anos feito parte do Quadro de Excelência da Escola Secundária do Castelo da Maia.

A Maia e esta Câmara apoiam esta jovem Maiata na prossecução do seu trabalho diário para, mais do que alcançar títulos – que também são importantes – a Diana continue a atingir os seus objectivos e a praticar desporto.

*Voto de Louvor, que
 junta documental
 vota a favor o
 voto de Louvor
 20/12/06*

17/12/06

2

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Desta forma se faz pedagogia social.

Desta forma a Maia continuará a afirmar-se cada vez mais como um Concelho referência no apoio aos seus jovens atletas, pois infelizmente ainda poucos Concelhos o fazem.

Desta forma a Maia é e continuará a ser Capital do Desporto e um Concelho que os Jovens escolhem para viver.

Pois, desta forma, o Desporto na Maia não é só para alguns, mas sim PARA TODOS. PARA TODOS em geral e para os jovens em particular.

Sendo eu também um jovem e Maiato tenho muito orgulho, não só na Diana mas em todos aqueles jovens que ao praticarem desporto investem na sua Saúde e aprendem os valores da sã convivência desportiva. A Maia proporciona condições ímpares para que TODOS pratiquem desporto, nas escolas, nos clubes, nas associações e colectividades desportivas. Pois um Concelho de Jovens com Desporto é um Concelho Saudável é um Concelho com Futuro de sorriso aberto e feliz!!!

Termino esta minha intervenção aplaudindo esta Câmara na estratégia de fomento do Desporto e da actividade Desportiva no Concelho e aplaudo fortemente a Jovem Diana que com os problemas que tem fruto da sua condição combate diariamente com enorme tenacidade no treino e na escola para continuar a atingir os seus objectivos que, pelo que sei, passam por conseguir um lugar nos Jogos Paralímpicos de 2008 em Pequim. De facto, esta Jovem é um exemplo e um orgulho para todos nós, Maiatos e Portugueses.

Apresento assim, em nome da bancada do PPD-PSD/CDS-PP "Primeiro as Pessoas" um **Voto de Louvor** que será entregue à Mesa para que o mesmo seja lido, aprovado e entregue à jovem Diana Lobo Guimarães e sua família.

Aproveito já esta oportunidade para desejar a todos os presentes e suas famílias votos de um Santo Natal e de Boas Festas.

Muito Obrigado.

Disse.

Rui Madureira Monteiro



12
R
2

VOTO DE LOUVOR

Ao conquistar, nos Campeonatos do Mundo de Natação para deficientes organizado pelo "Internacional Paralympic Committee" realizados entre 2 e 8 de Dezembro do corrente ano na Cidade de Durban na África do Sul, a MEDALHA DE OURO – referente ao título de CAMPEÃ MUNDIAL de 50m bruços, a MEDALHA DE PRATA na estafeta 4x50m estilos integrando a Selecção Nacional Portuguesa e ainda a MEDALHA DE BRONZE nos 50m costas, DIANA LOBO GUIMARÃES, jovem atleta Maiata conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional e Internacional.

Com estes resultados, a jovem Diana, ajudou a projectar, ainda mais, o nome da Maia quer Nacional quer Internacionalmente, justificando, por isso, o nome de "Maia-Capital do Desporto", o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 5^a Sessão Ordinária realizada a 20 de Dezembro de 2006, apresenta a DIANA LOBO GUIMARÃES um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos a ajudaram a alcançar tal feito desportivo que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 20 de Dezembro de 2006

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP
"Primeiro as Pessoas"

Juntar e ar documentar
Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
e Seubores Secretários
Exmo Senhor Presidente da Câmara
Exmos Seubores Vereadores
Exmos Seubores Deputados e Seubores Presidentes de Junta
Exmo Comunicacão Social e Públco Recepte

A quadra festiva que se aproxima está associada a palavras com grande significado como " Família, amor e solidariedade". Desejo, assim, aproveitar esta oportunidade para falar de duas coisas.

Primeira questão: O grupo coral dos Pequenos Cantores da Maia comemora no próximo dia 1 de Janeiro de 2007, dia de Ano Novo e Dia Mundial da Paz, o seu XVº Aniversário.

Ao longo destes quinze anos da existência, foram centenas as crianças da Maia que integraram este grupo coral, criado e superiormente dirigido pelo músico e maestro Victor Dias.

Dignos embaixadores da Maia, os Pequenos Cantores contam no seu historial com inúmeras participações em programas televisivos e em concertos um pouco por todo o País, encantando quem os ouve e levando da Maia uma imagem que é, para todos nós, gratificante.

O tradicional concerto no dia de Ano Novo que se irá realizar no Grande Auditório do Fórum da Maia será um momento assinalável e a ocasião para uma justa homenagem.

Foi com particular emoção que a direcção da "A CAUSA DA CRIANÇA", tomou conhecimento da oferta da receita deste espectáculo a favor da instituição que, como todos sabem luta com dificuldades para concluir o seu projecto destinado ás crianças e jovens em risco.

Num dia mundialmente dedicado á Paz e á fraternidade este gesto de solidariedade e de generosidade vindo de um grupo coral infantil não podia deixar de ter para nós " A CAUSA DA CRIANÇA" um significado e uma motivação muito especial.

Como membro da Direcção entendi que devia dar aqui público testemunho deste gesto.

7
P
2

Aproveito igualmente, esta oportunidade para pedir a todos os senhores deputados e em especial aos senhores Presidentes das Juntas ~~não só~~ para estarem presentes + mas também para nos ajudarem na divulgação e na promoção do espetáculo através da colocação dos respectivos bilhetes.

Bem hajam e muito obrigado.

Segunda questão: Como se devem recordar aprovamos na última sessão a criação do gabinete do Provedor do Cidadão com Deficiência. Queria, pois, perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal em que ponto se encontra este assunto.

Finalizava desejando a todos um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo de 2007 com muitas felicidades.

20/12/06

Ana Maria Rodrigues
Ana Maria Rodrigues.

DOC. 8

Exmo Senhor Presidente da Assembleia,
Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmos Senhores Secretários da Mesa,
Exmos Senhores Deputados *(Sen. Luís et autres Es. Ligeiros)*
Senhores Jornalistas, meus Senhores e minhas Senhoras,

*Junta - vl documentário
on documentário (Bct)
20/12/00*

Senhor Presidente,

A minha intervenção refere-se à visita temática promovida pela Assembleia no passado sábado, a alguns equipamentos existentes no Concelho na área da educação.

Devo referir que um dia é muito pouco para que possamos ver e avaliar o que a Câmara Municipal tem feito nesta área.

Como todos constataram, eu não pude, por razões pessoais, acompanhar desde o inicio esta visita temática. Acabei por integrar o grupo de deputados já quase no fim da visita, visitando apenas a escola em Santa Cristina e a escola da Picua, onde terminou a visita.

Quero aqui, também registar com agrado, a presença do Senhor Vereador do Pelouro da Educação, que no que me foi dado a observar, esclareceu de uma forma clara alguns dos problemas com que a Câmara Municipal se tem debatido para o bom funcionamento das Escolas, pois o Governo, por razões por vezes meramente economicistas, se tem alheado das suas responsabilidades no que diz respeito à educação, sendo que os Autarcas, que no dizer de alguns Ministros, nem sequer representam o povo dos seus Concelhos, se vêem obrigados a substituir o Governo central para que a educação, baluarte, e porque não descalabro, deste Governo, seja algo a que todos tem direito. Pode ser que com a privatização do ensino, ao que consta, uma das últimas inovações do Governo, as coisas melhorem.

Mas, para além de ter tido a oportunidade de conhecer dois equipamentos que não conhecia em pormenor, onde registo com muito agrado quanto à qualidade e funcionalidade dos mesmos, fiquei de alguma forma surpreendido com a forma com se encerrou a visita, porque não esperava que alguém que enalteceu de uma forma, que eu diria mesmo envergonhada, o que a Câmara Municipal tem feito na área da educação, e quer queiramos quer não, tem feito muito, e bem, tenha tido a veleidade de aproveitar esta visita, para numa postura eleitoralista, criticar a Câmara Municipal quanto à forma como o tem feito, ou seja concorda que o que se viu, e que é bom, mas discorda com a estratégia de como tem sido feito. E foi aqui que, penso, ficamos, alguns dos deputados perplexos, pois se os equipamentos são bons, como é possível dizer-se que a estratégia, se é que há alguma

estratégia por parte de quem a reclama, está errada. Provavelmente a boa estratégia será nada fazer para que ninguém possa exigir mais e melhor, sim porque só podemos exigir o muito bom quando já usufruimos daquilo que é bom. Estratégia tem tido, e continua a ter, a Câmara Municipal.

Senhor Presidente, tenho tido a oportunidade de conhecer alguns Concelhos deste país, uns vizinhos e outros mais distantes, e tenho constatado que comparando o que existe nesses Concelhos com o que temos na Maia, em todos os domínios, a Maia, é um concelho diferente para muito melhor dos restantes.

É reconhecido, e dizem-me as pessoas e mesmo autarcas desses concelhos, de que a Maia tem tido uma visão estratégica de futuro, e dai a minha, e não só, perplexidade em como alguém pode dizer que a Câmara Municipal não tem estratégia.

Sabemos que, por vezes é muito complicado, para não dizer difícil, alguns têm que se impor a qualquer preço e sem nexo, para que quem os segue, veja neles algo de diferente e reivindicativo, só que, são diferentes em quê ?, e reivindicam o quê ?.

Senhor Presidente, espero que continue com as visitas temáticas ao concelho, porque é sempre bom ter conhecimento da realidade deste concelho nos diversos domínios, mas também espero que V. Exa. não permita que as visitas se transformem em passeios eleitorais, porque para isso há um tempo próprio, onde se podem anunciar estratégias sem as divulgar. Sabemos, os que apoiam o executivo, e temos consciência de que não temos o condão de tudo saber, e era bom e aconselhável que quando se não concorda, se diga e se mostrem as alternativas, porque só assim nos afirmamos perante os outros, demonstrando capacidade de inovação e capacidade de realização e isto é o que a Câmara Municipal tem feito e continua a fazer, para o bem dos Maiatos e ao que constatamos, para a frustração de alguns.

Senhor Presidente da Câmara, V. Exa. tem demonstrado, que para além de ter a melhor estratégia possui capacidade de inovação e capacidade de realização. Continue e os Maiatos quando forem chamados a pronunciar-se, continuarão a apoiar a sua estratégia para o bem da Maia.

Maia, 20/DEZ/2006



(Cândido Graça)
(Coligação " Primeiro as Pessoas")

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,

Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Primeiramente, tenho o prazer de cumprimentar V.Ex's.

De seguida venho expor algumas questões que, entre outras, são as que constituem a minha preocupação mais imediata:

INUNDACÕES EM VILA NOVA DA TELHA

- CONFLUÊNCIA DA RUA 1 COM A RUA 7
- CONFLUÊNCIA DA RUA DO RIBEIRO COM A RUA ISOLINO DOMINGUES DA SILVA

Já por diversas vezes, foram alertados os correspondentes serviços da Câmara para as frequentes inundações que, em alturas de pluviosidade, ocorrem nestas ruas.

Recentemente ali ocorreram grandes enchentes.

Na Rua 1 provocaram avultados prejuízos, nomeadamente numa clínica veterinária.

Na Rua do Ribeiro provocaram inundações nas garagens de um prédio de apartamentos e numa moradia.

No que diz respeito à Rua 1, parece-me que haverá uma solução a médio prazo, face às obras que estão projectadas.

O mesmo já não poderei afirmar relativamente à Rua do Ribeiro.

Assim e, depois de todas as reclamações que fiz chegar à Câmara, não pretendo neste momento, tecer mais considerações sobre o assunto mas, somente, perguntar ao Snr Presidente da Câmara quando será possível efectuar a análise técnica das condições de escoamento das águas pluviais, de forma a que seja encontrada a necessária solução, para que os habitantes daquelas zonas não continuem sujeitos aos incómodos e aos prejuízos que estas enchentes lhes provocam.

AUTOCARRO 87

Esta carreira efectua um percurso pelo interior de Vila Nova da Telha. A recente implementação, pelos STCP, das linhas da nova rede, não teve em atenção os legítimos interesses dos habitantes da minha Freguesia e foi efectuada sem que o seu Presidente da Junta tivesse oportunidade de manifestar a sua opinião. Aquela carreira vai assumir agora o número 604 e, simplesmente, foi eliminada a sua passagem dentro da Freguesia. Por isso, Senhor Presidente da Câmara, como também foi uma das partes intervenientes nesta questão, já tive a oportunidade de lhe manifestar a minha discordância que, ao fim e ao cabo, é a opinião dos Vilanovenses que me têm abordado sobre o assunto, alguns deles exigindo atitudes e acções de protesto.

Sobre esta matéria, aproveito a oportunidade para anexar a este documento, uma proposta aprovada por unanimidade na última Assembleia de Freguesia e cuja leitura não vou efectuar por ser algo extensa, mas que exprime, inequivocamente, o protesto dos Deputados representantes de todas as forças políticas e, em consequência, de todos os Vilanovenses.

Foi-me prometida a análise desta questão, a breve prazo, pelo que gostaria de ouvir de V. Ex", Senhor Presidente da Câmara, o compromisso que tudo fará para que este autocarro continue a percorrer as ruas de Vila Nova da Telha.

*Junta
de
Vila
Nova
da
Telha
até
20/12/06*

7/12/06

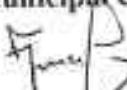
SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

E sobejamente conhecida a actual insegurança de pessoas e bens. Também são conhecidos os continuos apelos para a instalação de um posto da GNR ou da PSP em Pedras Rubras. Conforme tive a oportunidade de dar conhecimento ao Snr Presidente da Câmara, tomei a iniciativa de escrever ao Snr Ministro da Administração Interna sobre esta questão. Até esta data não obtive qualquer resposta. Agradecia assim, Snr Presidente da Câmara, que fizesse o favor de me informar que diligências tem em curso a Câmara a que V.Ex^a preside, tendo em vista a concretização deste anseio dos habitantes de Vila Nova da Telha e também da Vila de Moreira da Maia, que lhes permitirá a tranquilidade e segurança necessárias à sua vivência normal.

Tenho dito,

Main, 20 de Dezembro de 2006

Deputado Municipal e Presidente de Junta


(Floriano de Pinho Gonçalves)



DECLARAÇÃO DE PROTESTO

Exma Sra Presidente da Mesa, Srs Secretários, Exmo Sr Presidente da Junta e restante Executivo, Srs Deputados, Público presente

A partir de Janeiro de 2007 a empresa STCP pretende cancelar o percurso da carreira 87 em Vila Nova da Telha. Esta carreira era o único meio de transporte disponível para muitos dos residentes na freguesia que não possuem transporte próprio e cujos destinos não são servidos pelo Metro. Como se passarão a deslocar estas pessoas?

Grande parte dos utentes deste autocarro, são pessoas já com alguma idade e pessoas com crianças a seu cargo e, portanto, com alguma dificuldade em deslocarem-se a pé – pois esta passará a ser a única alternativa, caso esta intenção dos SCTP se concretize – se considerarmos que as distâncias envolvidas são grandes.

A mudança de instalações do Centro de Saúde para a Quinta de Moreira, implicará para os seus utentes um percurso muito mais longo para se dirigirem às consultas. Como o farão? De táxi? Com as diminutas reformas que recebem? Para os mais velhos que residem na parte antiga da Freguesia, e para os residentes em Vilar do Senhor, a distância a percorrer é muito grande! Como irão? A pé?

É desumano retirar a carreira 87, que tanta falta faz a Vila Nova da Telha, alegando falta de rentabilidade, deixando para segundo plano as necessidades e o bem estar da população. É incompreensível que não se considere a hipótese já proposta pelo Presidente da Junta, onde se apresenta um novo percurso dentro da nossa Freguesia, que, não só serviria mais pessoas, como também, consequentemente, rentabilizaria mais a própria carreira.

As pessoas de Vila Nova da Telha precisam de transportes, precisam do 87, precisam de ser servidos com qualidade!

Por estarmos sensíveis a este problema e muito preocupados com o mesmo, propomos, enquanto Deputados da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes, que esta Declaração de Protesto seja enviada para os órgãos de comunicação social, nomeadamente, Jornal de Notícias, Primeira Mão, Maia Hoje e Primeiro de Janeiro, tal como para os STCP e Presidente da Câmara Municipal da Maia. Mais solicitamos que a mesma seja lida na próxima Assembleia Municipal pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha.

Os Deputados da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes

Vila Nova da Telha, 18 de Dezembro de 2006

M. Freixa
deputado
GCI

R. Passos

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores

Senhores Deputados e Presidentes de Junta

Digníssima Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Com a permissão e paciência de V. Exas. queria abordar de forma ligeira 2 assuntos que o BE acha oportunos pela sua actualidade e importância.

A reestruturação do STCP e a visita temática sobre educação e acção social:

Ponto – 1 reestruturação do STCP

Alteração das carreiras dos STCP que servem actualmente os Maiatos

Estão em remodelação as carreiras dos STCP. Muitas delas servem o concelho da Maia e vão ser suprimidas ou alteradas.

De Acordo com as informações vindas a público e apesar da publicidade para o ocultar de imediato se conclui que os objectivos destas alterações não são a facilitação da vida das populações mas sim os lucros.

Entre muitas das alegações utilizadas, uma sobressai:

A ARTICULAÇÃO DOS TRANSPORTES COLECTIVOS COM O METRO DO PORTO

A inserção do metro no grande Porto foi justificada pelas promessas de benefícios e ganhos que dai resultariam nomeadamente para as populações dos Concelhos circunvizinhos. Hoje, é invocada a sua existência como razão suficiente para justificar as suas perdas no que concerne ao direito ao transporte colectivo tantas vezes adquirido com sacrificadas e reprimidas lutas.

Reconhecemos que o metro é sem dúvida um transporte excelente mas não tem as características de mobilidade que tem uma frota de autocarros. Ambos deverão convergir para prestarem um bom serviço social e público e nunca competirem entre si.

Têm-nos chegado grupos de utentes de todos os concelhos inclusive do Porto expondo a sua complicada situação. Achamos que de facto algo tem que ser feito para impedir o retrocesso na qualidade de vida das populações mais afastadas dos centros urbanos.

De acordo com o nosso programa a vida vivida mostra claramente a justeza da nossa proposta eleitoral para a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes para o grande Porto. Se esta estrutura existisse logo não estariam aqui com este problema nem os administradores de lucros fáceis à custa dos sacrifícios da população estariam de mãos tão livres para o fazer.

Temos aqui Presidentes de Juntas de freguesias afectadas, com certeza que não estarão em desacordo com o Bloco de Esquerda quanto à necessidade de se fazer algo para impedir este golpe nos direitos de cidadania que acabam por se reflectir sobretudo nos extractos mais desfavorecidas da sociedade residentes nas suas freguesias.

Os transportes não são uma mercadoria qualquer, não são um luxo nem devem ser tidos como fonte de enriquecimento para uns quantos mas sim um bem adquirido, um serviço social e público prestado às populações objectivando a satisfação das suas necessidades de mobilidade numa sociedade cada vez é mais apressada e exigente.

Esta reorganização dos STCP é nocivo para as populações, como tal, sem qualquer oportunismo político perguntamos ao senhor presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se está em curso algum trabalho para estudar o impacto que tal ou tais alteração irão ter na população do nosso concelho.

Perguntamos ainda:

Houve pela parte do executivo algum contacto com os responsáveis dos STCP?
A mesma pergunta faço-a ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Minhas senhoras e meus senhores, o Bloco de Esquerda propõe que esta assembleia nomeie uma comissão parlamentar para um estudo do impacto destas alterações no concelho para que este órgão autárquico possa tomar as medidas que achar convenientes de acordo com a defesa dos interesses dos municípios que nos elegeram e nos confiaram este mandato.

Ponto -2 Visita temática sobre educação e acção social:

Minhas senhoras e meus senhores:

Começo por felicitar a decisão desta iniciativa. Foi óptima! Foi uma iniciativa politicamente correcta. É assim que nós a registaremos.

Politicamente incorrecta foi a atitude de uma grande parte dos Srs. Deputados, ainda que por razões atendíveis, ao não participarem nesta visita incorporando a nossa comitiva.

A organização destas iniciativas não são fáceis nem ficam baratas á nossa autarquia.

Julgo ser uma obrigação de todos os Deputados desta Assembleia assumirem de corpo inteiro a responsabilidade de a honrar tanto dentro como fora destas quatro paredes.

Independentemente da divergência de opinião ou bancada que cada um de nós representa, sempre que a Assembleia Municipal se apresente aos municípios em qualquer acção de sua iniciativa devemos sentir individual e colectivamente responsabilidade de transmitir desta a imagem de uma estrutura forte, energica, e empenhada a atingir os objectivos a que cada força política se comprometeu.

Isto desta vez lamentavelmente não aconteceu.

Senhores deputados

Sobre a visita temática, considero-a importantíssima.

Fui tomar conhecimento directo de realidades que quase ignorava, mas que hoje e futuramente, fazem parte do meu conhecimento, e desta forma, considerar-me-ei mais capaz de tomar decisões sobre esta matéria.

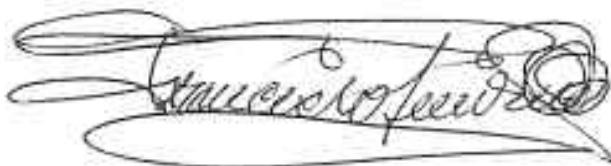
O que vi foi bom, agradável e até em alguns casos, espectaculares. O que senti, foi que ainda há muito a fazer no nosso Concelho porque a sua realidade está longe de ser o oásis que visitei. O que ouvi nem sempre mereceu minha concordância por razões que dispenso agora enunciar.

Como resultante desta iniciativa só tenho outro comentário a fazer: quero mais, e proponho ainda que logo que possível se realize outra visita temática sobre o estado da habitação no Concelho da Maia.

Senhores deputados não considerem esta critica como uma acusação quixotesca ela apenas objectiva o engrandecimento da nossa Assembleia Municipal.

20/12/ 2006

Francisco Amorim

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco Amorim". It is enclosed within a decorative oval frame.Handwritten initials "J.A." followed by a small checkmark symbol.

CDU

Intervenção no Período Antes da Ordem do Dia

Volvendo que estão cerca de três meses sobre a última Assembleia Municipal, muitos tem sido os acontecimentos directamente relacionados com a Maia que têm, ou não, feito notícia na Comunicação Social e que lamentavelmente interferem ou não-de interferir com o dia-a-dia dos Maiatos, penalizando-os quer do ponto de vista económico, quer numa perspectiva social.

Neste sentido, questionamos o Executivo Camarário sobre a sua posição e sobre as medidas tomadas face à anunciada introdução de portagens, nomeadamente, no IC 24; medida que o Governo Socialista prevê implantar já a partir do próximo ano e que seguramente irá pesar no já magro orçamento familiar de milhares de famílias que por habitarem a Maia não dispõem propriamente de uma grande oferta de transportes públicos. Para nós, CDU, é ~~pouco~~ pouco dignificante como Maiatos, não conhecemos qualquer tomada de posição oficial da Autarquia nesta matéria, nesse sentido apresentamos a esta Assembleia uma moção contra a introdução de portagens no IC 24.

O famigerado 'Portugal Logístico', que prevê a criação da Plataforma Logística Urbana Maia / Trofa, inquieta legitimamente os agricultores maiatos, que vêm os seus terrenos, entenda-se meio de subsistência, serem objecto de um projecto cuja importância para a economia nacional se não contesta, antes se sublinha. Cabe mesmo recordar que há muito o País poderia já ter em funcionamento algumas dessas plataformas caso os últimos governos, e as maiorias parlamentares que os suportaram ou suportam, tivessem votado favoravelmente propostas que o PCP tem apresentado com esse objectivo. No entanto, tal proposta merece-nos reparos. É verdade que, globalmente, a rede nacional de plataformas aparece suportada numa avaliação positiva do ponto de vista estratégico. Mas não é menos verdade que, sem prejuízo do referido, a localização concreta apontada para as instalações justifica e exige outros passos que, tanto quanto é do conhecimento público, não foram ainda dados.

É que a localização avançada no Plano do Governo abrange a Reserva Agrícola Nacional, terras de Folgosa e do Vale do Coronado que incluem as melhores zonas agrícolas da Maia e da Trofa, o que compromete a viabilidade e a sobrevivência, nomeadamente, da Cooperativa Agrícola da Maia, e que põe igualmente em risco património construído existente nesta zona.

Face ao exposto, os deputados do PCP questionaram o Governo sobre a realização de Estudos de Impacto Ambiental para a zona definida pelo Governo para Plataforma Logística; qual a resposta obtida do MOP face à proposta do Senhor Presidente, nomeadamente, no que diz respeito à deslocalização do projecto mais para sul e quais as medidas previstas para combater uma situação que irá pôr em risco muita da actividade agrícola do nosso concelho.

A reestruturação da rede STCP afectará seriamente o dia-a-dia dos maiatos e daqueles, que não sendo maiatos, têm na Maia o seu local de trabalho ou estudo. Anunciado o encerramento de oito linhas, a criação de três e a manutenção de duas, o que totaliza cinco carreiras do Porto para a Maia, uma diminuição de 50% na oferta disponibilizada a homens, mulheres e jovens que diariamente labutam ou estudam e que têm como meio de transporte privilegiado e, não raras vezes, único, os autocarros. Senão vejamos, as linhas a suspender visam áreas do concelho que, infelizmente, o metro ainda não alcançou nomeadamente a ligação Porto / Maia via Pedrouços (47); casos como Ermesinde / Hospital de S. João via Maia (73); ou freguesias como Vermoim (97/95) e Vila Nova da Telha (87).

A CDU considera que esta se trata de uma medida com características meramente economicistas e que desde o ^{início}, este processo de reestruturação visa a diminuição da oferta pública de transporte e a maximização dos lucros, num claro desrespeito pelo papel social que os STCP desempenham.

Assim sendo questionamos o Senhor Presidente se a autarquia foi auscultada neste processo, bem como sobre as medidas tomadas ou a tomar no sentido de contestar tal reestruturação.

O Orçamento de Estado para 2007, designadamente o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDAAC) merece da nossa bancada a mais severa e dura critica, tanto mais que todas as propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República foram chumbadas com os

(3)

12

2

votos contra do PS, PSD e CDS/PP, num claro desrespeito das expectativas dos maiatos verem os dinheiros públicos serem aplicados na sua terra, em seu benefício, na melhoria das suas condições de vida.

O PIDDAC para 2007 não contempla, nem sequer indica investimentos essenciais para o Concelho, nomeadamente o já tão prometido Tribunal da Comarca ou mesmo o Posto da PSP em Pedras Rubras; dos 9 investimentos previstos o que de concreto se retira, para além das obras eternamente adiadas, são três investimentos para apetrechamento/melhoria de instalações, caso do centro de emprego e parque escolar. Dos outros três, apenas um corresponde verdadeiramente a um novo equipamento: o quartel da GNR no Castelo da Maia. A ampliação/requalificação da EB 2/3 da Maia e da ES/3 de Águas Santas significam mesmo um retrocesso relativamente à promessa anterior de uma nova escola EB 2/3 em Águas Santas e traduzir-se-á, como no caso do desaparecimento da proposta (inscrita no PIDDAC de 2006) de criação da EB 2/3 de Vermoim. Tudo isto a somar ao desaparecimento de qualquer projecto para construir uma nova Escola Secundária em Pedrouços. Isto quando é público e notório que o concelho da Maia continua a crescer demograficamente e com população jovem.

O que efectivamente nos surpreende enquanto força política é que estando em causa os interesses da Maia os partidos que estão na governação da Autarquia pura e simplesmente votem contra pacotes que visam fundamentalmente os interesses da mesma.

Assim vai a política no Parlamento...

PIL Saneada em 20/12/2006

Aldílio Braga

20/12/2006

CDU

Moção

Vofam
Muniçambele
an 20/12/06
1 - 2

JL
JR
W

Considerando que o IC24, nascido como Circular Regional Exterior do Porto para fazer ligação entre os concelhos da coroa exterior à cidade do Porto a norte e a sul do Rio Douro (Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Espinho) e entre pontos fulcrais do desenvolvimento da Região (como o Porto de Leixões e o Aeroporto) e o Interior, atravessa completamente o concelho da Maia no sentido poente - nascente, substituindo para todos os efeitos a velha EN107;

Considerando que os maiatos foram obrigados a pagar uma contribuição especial (Decreto-Lei nº43/98) no pressuposto de que aquela infra-estrutura rodoviária iria valorizar substancialmente os prédios rústicos e os terrenos para construção, envolventes ao IC24;

Considerando ainda que a EN107 foi municipalizada e completamente absorvida no meio urbano (com semáforos, rotundas e até a Linha de Metro) e não constitui hoje qualquer alternativa ao IC24;

Considerando que não fica assim cumprido um dos pressupostos para a imposição de portagens – a existência de uma alternativa ao IC24;

Considerando que em campanha eleitoral, o actual Primeiro – Ministro se comprometeu a não introduzir portagens nas SCUT's;

Considerando que a introdução de portagens nesta via significa mais um encargo a incidir nas empresas e famílias do concelho tanto mais grave quanto a oferta do transporte colectivo é exigua;

A Assembleia Municipal da Maia manifesta-se contra a introdução de portagens no IC24.

Maia, 20 de Dezembro de 2006

T

Portagens no IC 24

1-2

Exmo. Senhor Presidente,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara,
Exmos. Senhores Deputados
Exmos. Senhoras e Senhores

2

Venho aqui hoje propor a V. Exas. alguns exercícios de memória.
Invocarei a lembrança de algumas coisas antigas e de outras bem mais modernas, para o que peço, desde já a V. indulgência.
Julgo que valera bem a maçada. A invocação da memória além de ser um exercício saudável, no caso vertente e na minha modesta opinião, evitara que passemos todos por pacovios, deslumbrados pela pseudo ciência de putativos estudos e medições feitos à medida por prestativos "alfaiates de números".

2-2

Recuemos então

Muitos maiatos estarão lembrados da velha Estrada Nacional 107.

Esta via antiga iniciava no final da, então chamada Via Rápida, e ligava o Porto de Leixões e o Aeroporto de Pedras Rubras, sucessivamente: pela Estrada Nacional 13, ao Litoral Norte; pela Estrada Nacional 14, a Braga; e pela Estrada Nacional 105, onde terminava, ao Vale do Ave e mesmo ao interior norte do país, pela nacional 15.

Está bom de ver, para quem não se lembra, que era uma estrada muito requisitada não só pelo trânsito geral, mas, especialmente pelo trânsito de mercadorias, pois era a via distribuidora, para Norte do Douro, das mercadorias daquelas que, ainda hoje, são as 2 mais importantes plataformas logísticas do comércio internacional do Norte de Portugal: Leixões e Pedras Rubras.

Tenho mesmo, para mim, que a cidade da Maia deve a sua génese àquela que viria a ser a Estrada Nacional 107, pois germinou e medrou, no inicio do século passado, no Picoto, lugarejo partilhado por Vermoim e Barreiros (Maia), local onde, precisamente, a estrada que viria a ser mais tarde a Nacional 107 cruzava com a estrada real de Braga. E por muitos anos a Nacional 107 continuou a passar bem no centro da cidade da Maia: vinda de Moreira, subia a Rua Padre António, virava à esquerda, passava frente à Câmara Municipal (a antiga e a actual), cruzava a Rua Augusto Simões e descia em direcção a Vermoim e Nogueira e mais lá adiante Aguas Santas.

Nos anos 80, tal traçado no centro da cidade, tornou-se um verdadeiro calvário, quer para os utentes da via quer para os residentes.

Noite e dia, ininterruptamente, passavam centenas de camiões, uns atrás dos outros, no centro da Maia. O centro da vila pacata tornou-se um inferno. Era particularmente impressionante o passar ininterrupto de camiões carregados de sucata de ferro, que largavam amiude no pavimento, para gaudio dos comerciantes locais de pneus. Sucata essa que do Porto de Leixões ia abastecer, dia e noite, os fornos insaciáveis da Siderurgia Nacional e da Eurofer.

Felizmente que, quem de direito, teve vistas largas e decidiu acabar com tal estado de coisas e ordenou o nascimento da variante à Nacional 107, que, grosso modo, seguia o

Ara
17
R
—

traçado daquela, desviando apenas onde tal fosse necessário para evitar embaraços e novelos urbanos.

Substancialmente financiada por Fundos Europeus e feitas as competentes expropriações, a nova via, rasgou a cidade da Maia a meio, muito especialmente Vermoim,

Poder-se-ia, na altura perguntar, na verdade, porque o traçado deveria que ser aquele e não outro, um pouquinho mais a Norte, área menos urbanizada. Mas se era uma variante à nacional 107, nunca poderia fugir muito à sua matriz, sob pena de passar a ser outra coisa que não a variante à 107.

De uma maneira ou de outra o certo é que a coisa fez-se, para geral agrado, e a paz rodoviária voltou à cidade, a custo de algum sacrifício territorial e ambiental de Vermoim, que, porém, pôde bem com ele.

Representou um merecidíssimo salto no desenvolvimento da nossa cidade, libertando-a do espartilho que condicionava a mobilidade da sua população e a sacrificava injustamente.

Mudaram-lhe a nomenclatura para IC24 e a via foi cumprindo a sua função de radiante, que sempre fora a da sua antecessora.

Deve ter custado muito dinheiro, porque em 1998 a Administração Central, numa decisão com o seu quê de ineditismo, para a financiar a VCI, o IC24 e a CRIL e a CREL, lançou uma contribuição especial, perfeitamente arbitrária, sobre freguesias seleccionadas, no lote das quais se inclui Vermoim, que não teve a sorte de Nogueira que, não beneficiando da melhoria nem mais nem menos que Vermoim, escapou incolume ao tributo. Não sei se foi capricho de amanuense do Terreiro do Paço ou competência do senhor presidente da Junta de Nogueira, a quem, sendo este o caso, daqui lhe tiraria o meu chapéu, se usasse.

Nascera, assim, a Contribuição Especial para durar 20 anos, que todos, directa ou indirectamente, vimos pagando.

Foi tão cabal e competente o desempenho do IC24, que a velhinha nacional 107, deixou de ser necessária para ajudar cumprir aquela tarefa radial que era sua.

Urbanizou-se, aburguesou-se e integrou-se plenamente na cidade. Nuns sitios passa-lhe o Metro pelo meio; noutras é boulevard. O Estado Central não a quis mais, riscou-a do Plano Rodoviário Nacional e entregou-a aos Municípios, para que cuidassem dela, pois já não cumpre funções nacionais. E fez muito bem! Para isso existia o IC 24.

A Estrada Nacional 107 deixou de existir e hoje não é mais do que uma memória. Bem podemos procura-la no rol das Estradas Nacionais, que será exercício vão.

Confesso que joguei a bola nela e que dela tenho saudade.

Quando mais tarde o IC 24 foi integrado pelo ministro Cravinho na SCUT do Grande Porto e concessionou esta, o troço Perafita/Alfena (a variante à EN 107), já há muito estava construído à custa de Fundos Europeus e também da tal Contribuição Especial que continuamos a pagar.

Avancemos agora um pouco, na linha da memória.

Lembram-se da campanha eleitoral para as últimas legislativas?

E de como foi usado até à exaustão o argumento das Auto-Estradas sem custos para o utilizador? E do compromisso assumido pelo Partido Socialista nessa matéria?

Seguramente que todos estamos lembrados. Até porque nos vai custar caro.

Já no capítulo da economia, não será necessário apelar muito a um esforço de memória, pois ela cava-nos o bolso diariamente. Sejamos apenas bondosos e reconheçamos que nesse capítulo, a região Norte tem até divergido dos índices nacionais, e para pior. Ou seja temos empobrecido enquanto região, mesmo na Área Metropolitana do Porto.

Veio agora o Governo anunciar a aplicação de portagens ao IC24. Alegadamente, com base em mirabolantes estudos feitos por medida, por um lado, vivemos numa região que teve melhoria nos seus índices económicos e, por outro, por aqui existem estradas alternativas credíveis para substituir o IC 24, que, aparentemente, é um luxo.

Porém, a dura realidade é que todos os índices económicos demonstram que a Região Norte tem empobrecido e, pasme-se, a única estrada alternativa que existia (EN 107) até foi extinta!

Aplicar portagens no troço Perafita/Alfena, do IC 24, representará um retrocesso e um sacrifício injustificado para a Maia e para o grande Porto.

Perdemos a EN 107 e agora perderemos a sua variante.

Será o regresso à velocidade vertiginosa da carroça!

O senhor ministro das obras públicas toma-nos a todos por pacópios. O que parece até ser tique seu, pois ainda há pouco tempo veio inaugurar, entre outras coisas, o alargamento do IC24, com a desfaçatez de quem sabe que está tudo por terminar e que se está nas tintas para isso. Como se quem por aqui vive não soubesse que o alargamento deveria ter terminado em Agosto de 2006 e que não terminara, sequer no corrente ano. Julgará que andamos a dormir?

Quem quiser que enfeie a carapuça. Eu por mim recuso, obrigadinho.

20 de Dezembro de 2006

Afonso Maia - nopeira

DSC.15

4º
H
82

H
82

VOTO DE PROTESTO

O Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP, tomou conhecimento, pela comunicação social, que a proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2007 encerra a intenção do Governo aplicar portagens a diversas vias do Norte do País, entre as quais se encontra o IC 24, que atravessa de Poente a Nascente o concelho da Maia.

Considerando que:

- O IC 24, no troço Nô de Perafita/ Nô de Alfena, foi inicialmente construído como variante à Estrada Nacional 107, via que atravessava o Centro Cívico da Maia e que, sendo principal artéria de escoamento das duas mais importantes plataformas logísticas do Norte de Portugal (o aeroporto de Pedras Rubras e o Porto de Leixões) havia transformado a nossa cidade num caos permanente de trânsito pesado.
- Pela construção do IC24, muitas freguesias da Maia, entre outras, foram oneradas com uma Contribuição Especial, com duração de 20 anos, destinada a custear o investimento efectuado, procedimento até aí inédito para vias nacionais.
- O IC24, quando foi integrado no SCUT do Grande Porto, já tinha, há muito, construído o troço Perafita/Alfena.
- A Estrada Nacional 107, naquele troço Perafita, foi abatida ao efectivo das Estradas Nacionais, tendo sido municipalizada, sem que tenha sido substituída por nenhuma Estrada Nacional alternativa, alternativa essa que não existe efectivamente.
- Nos últimos anos, nenhuma melhoria houve nos índices económicos da região que justifique a oneração, sem alternativa, da mobilidade dos habitantes da Maia e dos concelhos servidos pelo IC24.
- A imposição de portagens no IC24/A41, representará, por isso, uma degradação da mobilidade e das condições de vida quotidiana da população e dos agentes económicos da Maia, sem que se encontre equidade no sacrifício exigido, pois a medida deixa de forá regiões nacionais com índices económicos superiores.

A Assembleia Municipal da Maia na sua reunião ordinária de 20 de Dezembro, deliberou aprovar o presente voto de protesto contra a anunciada intenção de estabelecer portagens no IC 24/A41, por considerar tal medida injusta para as populações que serve, economicamente discriminatória e sem qualquer equidade.

Mais deliberou dele dar conhecimento ao:

- Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Ministro das Obras Públicas, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, mais devendo dele ser dado amplo conhecimento à população.

Maia, 20 de Dezembro de 2006

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação PSD/CDS-PP

António Luís Nogueira

António Luís Nogueira



PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR PARA ESTUDO DO IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DOS STCP NA MAIA

Considerando que:

Estão em remodelação as carreiras dos STCP. Muitas delas servem o concelho da Maia e vão ser suprimidas ou alteradas.

De acordo com as informações vindas a público e apesar da publicidade para o ocultar de imediato se conclui que os objectivos destas alterações não são a facilitação da vida das populações mas sim os lucros.

Entre muitas das alegações utilizadas, uma sobressai:

= A ARTICULAÇÃO DOS TRANSPORTES COLECTIVOS COM O METRO DO PORTO

A inserção do Metro no Grande Porto foi justificada pelas promessas de benefícios e ganhos que daí resultariam nomeadamente para as populações dos Concelhos circunvizinhos. Hoje, é invocada a sua existência como razão suficiente para justificar as suas perdas no que concerne ao direito ao transporte colectivo tantas vezes adquirido com sacrificadas e reprimidas lutas.

Reconhecemos que o Metro é sem dúvida um transporte excelente mas não tem as características de mobilidade que tem uma frota de autocarros. Ambos



1
2
3

deverão convergir para prestarem um bom serviço social e público e nunca competirem entre si.

Têm-nos chegado grupos de utentes de todos os concelhos inclusive do Porto expondo a sua complicada situação. Achamos que de facto algo tem que ser feito para impedir o retrocesso na qualidade de vida das populações mais afastadas dos centros urbanos.

De acordo com o nosso programa a vida vivida mostra claramente a justeza da nossa proposta eleitoral para a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes para o Grande Porto. Se esta estrutura existisse logo não estariamos aqui com este problema nem os administradores de lucros fáceis à custa dos sacrifícios da população estariam de mãos tão livres para o fazer.

Temos aqui Presidentes de Juntas de Freguesias afectadas, com certeza que não estarão em desacordo com o Bloco de Esquerda quanto à necessidade de se fazer algo para impedir este golpe nos direitos de cidadania que acabam por se reflectir sobretudo nos extractos mais desfavorecidas da sociedade residentes nas suas freguesias.

Os transportes não são uma mercadoria qualquer, não são um luxo nem devem ser tidos como fonte de enriquecimento para uns quantos mas sim um bem adquirido, um serviço social e público prestado ás populações objectivando a satisfação das suas necessidades de mobilidade numa sociedade cada vez é mais apressada e exigente.



Bloco de Esquerda

1) -
P
✓

Esta reorganização dos STCP é nocivo para as populações, como tal, sem qualquer oportunismo político perguntamos ao senhor presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se está em curso algum trabalho para estudar o impacto que tal ou tais alteração irão ter na população do nosso concelho.

Minhas senhoras e meus senhores, perante estes considerandos, o Bloco de Esquerda na 5.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada a 20 de Dezembro de 2006, apresenta a seguinte

PROPOSTA

Que a Assembleia Municipal da Maia constitua uma Comissão Parlamentar para um estudo do impacto das alterações provocadas pela reestruturação das Linhas dos STCP, no concelho da Maia, para que este órgão autárquico possa tomar as medidas que achar convenientes de acordo com a defesa dos interesses dos munícipes que nos elegeram e nos confiaram este mandato.

20/12/2006

Francisco Amorim

Revisão Videvez 1-h
R

Proposta para criação de uma Comissão de acompanhamento ao realojamento dos moradores do Bairro do Sobreiro

Ao abrigo dos artigos 22º, 23º e 24º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, propomos:

- A constituição de uma Comissão composta por representantes de todas as forças partidárias com assento na Assembleia Municipal e um representante da Associação de Moradores do Bairro do Sobreiro com o objectivo de acompanhamento do processo de realojamento dos moradores do Bairro do Sobreiro e defesa dos seus direitos.

Maia, 20 de Dezembro de 2006

DOC. 18

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

Inteiro
Assinado e recebido
deverá ser devolvida
dente do documento
19/11/2011

Nome: - José MAIA (Associação Moradores do BREITO)

Morada: - PRÉ-MINAS, 143 1º Dto

Código Postal: - 4420 - 340

Freguesia: - VERMOM

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Projeto para o SOBREIRO

Maia, 20/12/2006

(Assinatura) 

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

30.01.9

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

intervenção
só se o requerente
for devidamente
documentado
o Requerente
19/01/00

Nome: - Alfredo Sozzi Pinho de Faria

Morada: - Rua Joaquim Ferreira da Costa 516 - Maia

Código Postal: - 4470 - 189 - Maia

Freguesia: - Maia

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exª. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um periodo de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Requerente fala sobre as alterações das
concessões de S.T.C.P. à vila de Maia

Maia, 20/01/2000

(Assinatura)

Sozzi Pinho

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

SOC 20

BPA 3.3

abreende, e
nunca exclusiv-
amente o seu
de vez em quando

6/12/06

7/12/06

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada n.º 200

Em 06/Dez/06

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 19.825

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à
Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento é elaborado na circunstância e a propósito da realização
da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2006.

A esta Sessão da Assembleia vão ser submetidos, para apreciação e
votação, um conjunto importante de documentos para a vida do Município os
quais constituirão o enquadramento da actividade municipal no próximo ano de
2007.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

BPF 11-1
w R

Tendo em conta a sua especial, importância destacaria o denominado por "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007" da Câmara Municipal, assim como o documento similar relativo ao enquadramento da acção que será levada a efecto pelos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento, sem que, todavia, deixe de relevar a importância dos orçamentos e planos de actividade das Empresas Municipais que são apresentados à Assembleia Municipal a título de informação.

Tudo somado temos uma visão global do que é e do que constitui a actividade que está presente no nosso espaço territorial a qual é conduzida pela Câmara Municipal.

Tratam-se de documentos extensos, muito pormenorizados, que ao versarem prospectivamente o ano de 2007 dão testemunho do que tem sido a frutuosa vida da nossa comunidade, numa linha de continuidade de pensamento e de acção empenhada e realizadora.

A nossa capacidade de pensar a Maia e de dar expressão prática e concreta às intenções enunciadas é bem conhecida e encontra-se à vista de todos. O próximo ano de 2007 dará e será a continuidade deste nosso processo de constante e acelerado desenvolvimento, na senda e na busca incessante da melhoria das condições em que se desenvolve e decorre a vida dos nossos Municipios.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Gabinete do Presidente

1-1
PR
w

Tendo em conta o antes referido a propósito do vasto conjunto de documentos em apreciação nesta Sessão da Assembleia, julgo nada mais ser necessário referir neste momento.

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.719.430,25 |
| b) Dotações orçamentais – | 4.619.168,84 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.019.671,89 |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e a expressão da minha consideração.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 4 DE DEZEMBRO DE 2006,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



11-12
12

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhores membros da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados,

Órgãos da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que teça algumas breves e genéricas considerações sobre os importantes documentos que hoje são submetidos à apreciação e votação desta Assembleia Municipal e que constituem os documentos previsionais do Município para o ano de 2007, em especial as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e os similares dos Serviços Municipalizados. A estes acrescem os oriundos das Empresas Municipais que são remetidos para conhecimento da Assembleia.

Sobre eles farei uma pequena abordagem e um seu enquadramento geral já que são todos explícitos e dotados de iminente clareza.

Reiteradamente tenho dito que este conjunto de documentos reflecte, e bem, que a gestão municipal se reveste de uma acentuada continuidade de toda a acção que temos levado a efeito em todos estes anos volvidos, pelo que, e necessariamente,

1 - h
R
w

continuaremos as obras em curso e iniciaremos muitas outras que entretanto foram estudadas e que ao momento estarão prontas para serem lançadas.

Tanto no PPI como no PAM da Câmara essas intenções estão expressas através da inscrição de cerca de noventa novas acções na sua esmagadora maioria constituída por novas obras e intervenções no tecido urbano do nosso Concelho.

Pretendemos concluir o programa de habitação social ao abrigo do PER, sendo que no final de 2007 estaremos muito perto de o conseguir com o lançamento de um novo empreendimento.

Continuaremos a nossa acção no que respeita ao ambiente urbano, no que ele se exprime em termos de instalações e locais de passeio, de lazer e de descompressão da População, sendo que, ao momento, as nossas preocupações se centram na consolidação dos espaços existentes.

O Parque Urbano de Avioso – que é o 2º maior espaço do género na AM Porto – está concluído, sendo que pela sua qualidade,

11-1
R
✓

aprumo e valências que disponibiliza constitui um local de excelência de visita obrigatória tanto para todos os nossos Municípios como para as gentes da área metropolitana. O mesmo acontece com o Jardim Público de Quires em V. N. da Telha, o Jardim dos Altos em Vermoim e o Jardim da Granja em Águas Santas ou o Parque de Moutidos também em Águas Santas, sem contar com os inúmeros outros espaços espalhados um pouco por todo o Concelho.

O vasto programa em curso de construção de vias, beneficiação de arruamentos e de requalificação de espaços emblemáticos do Concelho – sempre numa óptica de optimizar e cada vez mais disponibilizar espaço público para uso pedonal – continuará o seu percurso, bem como o programa de construção de vias de grande tráfego que se constituem como alternativas a ruas e caminhos que se pretendem resguardar e torná-los mais recatados.

Neste particular, como bem se conhece, a construção das linhas de Metro aportou novas necessidades e condicionantes que soubemos desde muito cedo estudar e acautelar com vista a uma correcta e agradável inserção e integração urbanística, intervenções estas que terão conclusão neste ano.

1-L
P
2

A construção de equipamentos desportivos, conforme o Plano de Actividades dispõe, trará brevemente para uso e serviço de instituições, agremiações, população escolar e população em geral, mais uns quantos espaços desportivos, na senda de tudo o que temos vindo a fazer e reforçando a nossa posição metropolitana, e seguramente nacional, em termos de quantidade e de qualidade de espaços dedicados ao desporto.

Pautaremos sempre com muita atenção e empenho a nossa acção no âmbito das instalações dedicadas e afectas ao Ensino dos nossos Jovens, e em especial dos nossos mais pequenos, onde a nossa exemplar e vasta rede de instalações e de equipamentos de apoio tais como cantinas e ATL são o exemplo da atenção que prestamos e da qualificação de espaços que os nossos Jovens possuem à sua disposição.

Tudo isto inserido na especial dedicação que damos à Educação e à acção social onde se inclui uma particular atenção com os nossos mais Idosos e que nos antecederam na vida activa.

Somente uma pequena referência para o grande esforço que iremos desenvolver com as Juntas de Freguesia no sentido da finalização dos seus Edifícios sede que estão em curso de construção.

1-
P2
2

Na análise aos documentos previsionais de 2007 da Câmara Municipal da Maia, é importante começar por se referir que o volume total do orçamento para 2007 cifra-se em 113.977.764,00 (cento e treze milhões novecentos e setenta e sete mil setecentos e sessenta e quatro euros), representando uma diminuição de 4,00% em relação a 2006.

É claramente um orçamento que acompanha o estado conjuntural do País, numa fase de grande recessão das autarquias, reflectindo um esforço na contenção da despesa.

Especificando os números apresentados, em traços gerais prevê-se um total da despesa corrente um pouco acima dos 48 milhões de euros, e de despesas de capital de aproximadamente 65 milhões e 700 mil euros.

Já quanto às receitas correntes prevê-se cerca de 55 milhões e 200 mil euros, e de receitas de capital a quantia aproximada de 58 milhões e 700 mil euros.

Numa análise mais pormenorizada, poderei dizer o seguinte:

1) ~ h
2) ~
~

Quanto à DESPESA:

Não obstante se apurar um aumento das despesas correntes em 7,63%, é de anotar que existe objectivamente um esforço de contenção, porquanto estão reflectidos naqueles números a taxa de inflação de 2,1%, o aumento da electricidade em 6%, o aumento em 19% dos encargos decorrentes da dívida, em consequência do aumento das taxas de juro, assim como a exigência da realização de novas despesas resultantes da criação do Programa de Enriquecimento Curricular.

São tudo despesas, conforme podem constatar, alheias à vontade da própria autarquia, e que se reflectem no aumento das despesas correntes.

Importa também realçar que as **despesas com pessoal foram reduzidas em 2,64%**, diminuição esta muito inferior à nominal considerando que naquele valor já se encontra contemplada a actualização dos vencimentos e eventuais promoções na carreira decorrentes da Lei, assim como o acréscimo de 2% nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações (em 2006 passou de 10% para 13% e agora em 2007 passa de 13% para 15%), sem qualquer contrapartida da Administração Central.

J-L
R
~

A acrescer a tudo isto, importa ainda referir a necessidade de ser contratado pessoal para a concretização do Programa de Enriquecimento Curricular.

Quanto ao aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços, em 11,44%, este valor resulta essencialmente do facto da despesa com o fornecimento de refeições escolares ser feita directamente a uma empresa prestadora de serviços – Gertal -, e não via transferências correntes, através dos agrupamentos escolares, conforme acontecia num passado recente.

Estamos a falar em concreto num milhão de euros, que já existiam no passado mas noutra rubrica orçamental.

Relativamente às transferências correntes prevê-se uma diminuição de cerca de 4%, apesar do aumento dos subsídios às colectividades, fruto do pagamento com a utilização das instalações desportivas.

Ainda e quanto às despesas correntes importa salientar o aumento dos subsídios à exploração atribuídos às empresas municipais:

Maiambiente – 360 mil euros (compensação de combustível à Galp)
Espaço Municipal – 700 mil euros (compensação do pagamento com o IMI)

1
2
3

Academia das Artes – 500 mil (compensação pela transferência de pessoal)

Já quanto às despesas de capital, a sua diminuição de 11% resulta da conjugação essencial de dois factores:

- por um lado a diminuição dos passivos financeiros (- 8,15%), em resultado da amortização integral do empréstimo obrigacionista em 2006, sendo aqui de salientar o enorme esforço financeiro que foi feito ao longo destes últimos anos;
- a relativa diminuição da aquisição de bens de capital, pese embora o significativo aumento das transferências de capital para as Juntas de Freguesia

No que toca ao capítulo das **Receitas**, importa reter o seguinte:

É notório o aumento das receitas correntes, em 8,14%, e ao mesmo tempo uma diminuição das receitas de capital, em 13%.

O aumento das receitas correntes resulta, em grande parte, do acréscimo das transferências correntes e das taxas, e do ligeiro aumento dos impostos directos, não obstante quanto a este último

1 - h
82

item não terem sido ainda atingidos os valores apurados de 2003,
altura em que a contribuição autárquica e a sisal assumiram os
valores mais relevantes.

2

Quanto aos impostos indirectos, é de salientar a sua redução em cerca de 16%, principalmente na rubrica de loteamento e obras, resultante do abrandamento da actividade económico em geral.

Já quanto às receitas de capital, o seu decréscimo reflecte essencialmente a diminuição nas transferências de capital, em resultado de estarmos no final do 3 quadro comunitário de apoio, e o início do novo QREN, cujos contornos ainda não estão totalmente definidos e só serão conhecidos em meados de 2007, altura em que se poderá equacionar a apresentação de candidaturas aos novos programas comunitários.

APRECIACÃO GERAL

Podemos afirmar que os documentos em análise traduzem um significativo esforço da autarquia, adaptando a sua acção à situação económica-financeira do País, promovendo a redução do orçamento em cerca de 5 milhões de euros.



1
R

Por último, importa alertar que devido à crescente complexidade e diversidade do campo de intervenção das autarquias locais, e dada a escassez de recursos financeiros, revela-se imperativo zelar por uma gestão realista e equilibrada, sendo por isso imprescindível uma programação financeira rigorosa, equilibrada e exequível, o que tem vindo a acontecer, como os presentes documentos o demonstram.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores.

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Da análise genérica que fiz do Plano de Actividades e Orçamento para 2007, constato que há uma grande semelhança com anos anteriores.

São repetidas as dotações orçamentais para as obras, que por não se terem concretizado passaram, automaticamente, para o ano seguinte.

Tenho que considerar que a Freguesia que represento, está contemplada neste orçamento com as dotações para dar continuidade a algumas obras já em curso, especialmente o edifício da Junta, cujo início processual se verificou há cerca de 5 anos. Parece-me que, talvez agora, esta obra seja concluída. As instalações onde nos encontramos não têm um mínimo de dignidade para o atendimento dos Vilanovenses, nem espaço suficiente para acomodar os membros do executivo, que tem que dividir entre si uma pequena sala e uma só secretaria. ~~PERMANECE O ESTABELECIMENTO DA CÂMARA~~ Todavia outras carências, bastante prementes, existem na minha Freguesia que, na devida oportunidade, fiz chegar ao conhecimento do Snr Presidente da Câmara, mas que não foram contempladas com quaisquer dotações orçamentais:

ALARGAMENTO DA RUA VELHA DE VILAR DO SENHOR.

Há já alguns anos que tenho vindo a solicitar uma intervenção para alargamento e requalificação desta via. Num troço que estimamos em cerca de 180 metros é impossível transitar. A rua é bastante apertada e tem duas ou três curvas onde é difícil o cruzamento de viaturas. Ali existe uma agregado populacional e uma zona industrial. É mais fácil a deslocação de pessoas e veículos para o concelho de Matosinhos que para o centro da sua Freguesia. Era imperioso tomar uma decisão sobre este assunto, para permitir inclusive, a passagem de autocarros, que transportassem os habitantes desta zona limitrofe da Freguesia à estação do Metro. Por isso, pergunto Snr Presidente da Câmara, há alguma possibilidade de resolver esta questão, no curto prazo ? O que poderemos transmitir aos habitantes desta zona?

ROTUNDA REGULADORA DO TRÂNSITO NA CONFLUÊNCIA DA RUA DA FÁBRICA COM A RUA ISOLINO DOMINGUES DA SILVA

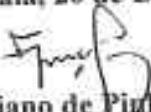
Na confluência destas ruas, a visibilidade para os automobilistas que ali cruzam é bastante precária. Vários desastres têm ocorrido, felizmente sem quaisquer consequências graves. Foram inúmeras as vezes que coloquei esta questão, aos respectivos serviços da Câmara, sem que até esta data tenha sido encontrada uma solução. Em meu entender, a solução para este problema não é muito difícil e, com custos reduzidos, poder-se-á evitar que ali venha a acontecer alguma desgraça. Por isso pergunto, Snr Presidente da Câmara, quando será possível implementar uma análise técnica da situação e encontrar a solução adequada ?

ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO

É imperioso proceder ao alargamento do cemitério para o terreno contíguo, propriedade da Junta de Freguesia. Já não há vagas para satisfazer os inúmeros pedidos que temos registados. No orçamento para 2007 não foi contemplada qualquer verba para este efeito, não obstante os diversos pedidos que dirigimos nesse sentido. Agradeço assim, Snr Presidente da Câmara, que me informe quais as perspectivas para a resolução deste problema.

Tenho dito.

Maia, 20 de Dezembro de 2006


Floriano de Pina Gonçalves

Deputado Municipal e Presidente de Junta

**BLOCO DE ESQUERDA
MAIA**



J
R

Sr. Presidente da Câmara
Srs. Deputados
Dignissimo Público
Srs. Jornalistas

A presente proposta de Orçamento GOP da Câmara Municipal Maia, é em nossa opinião recorrente e assente nos mesmos vícios dos anteriores orçamentos.

Isto porque este orçamento repete o mesmo disparate de 2006! Isto é, a receita prevista foi então de 114,4 milhões de euros e a efectiva, como se verá no final do ano, não deverá ir muito além do verificado em 2005 – 60 a 70 milhões de euros!

Com efeito, no que respeita a “Grandes Opções” elas não se fazem sentir no conteúdo do documento que nos é presente! A percepção com que ficamos é que se trata de um documento que é de obrigação legal e como tal é efectuado para não ser cumprido!

O grau de cumprimento do anterior plano sempre se fica por cerca de 60% do Orçamento e em nossa opinião este não vai fugir à regra!

Em nossa opinião, um orçamento poderá ser um eficaz instrumento de gestão se efectivamente as receitas e as despesas previstas apresentarem um elevado grau de cumprimento. Caso contrário as potencialidades desse documento não terá grande utilidade!

JL
R

Era para nós muito mais honesto e realista o executivo assumir que não existem condições para os investimentos referidos, porque se pretende o saneamento económico das contas camarárias! E por tal motivo o orçamento seria para pagamento das despesas correntes e pagamento de passivo!

Assim, nestas circunstâncias não nos motiva acrescentar muito mais, isto porque o orçamento não nos merece credibilidade quanto à sua efectiva execução!

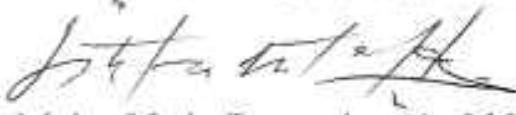
Mas vale a pena ainda referir no que diz respeito à receita e pela importância que número representa – cerca de um terço da receita – 35,5 milhões de euros – também a exemplo do ano anterior, provém de uma designada rubrica “Outros bens de investimento”, Sociedades Quase-Não Financeiras”, “Outros”, sem qualquer explicação com o mínimo detalhe!

É para nós muito importante que esta Assembleia fosse esclarecida sobre esta questão! Pelo que solicitamos ao Sr. Presidente que nos informe acerca da mesma!

Sr. Presidente da Câmara. Perante tudo isto, apreciar este Orçamento é para nós um exercício de difícil execução, porque para além de um conjunto de números o Orçamento camarário é também um documento político de grande importância, pelo que deveria merecer pela vossa parte um tratamento muito para além do preenchimento de rubricas orçamentais!

Assim torna-se para nós difícil, dar aval a um documento que pela sua importância deveria de ser rigoroso e estratégico para Maia! Que permita a esta Assembleia e aos Maiatos no momento do balanço concluir com clareza de este momento não passa de um ritual que por esta altura teremos de repetir!

Pelo que teremos de votar contra!


Maia, 20 de Dezembro de 2006

1-1
R

Grandes Opcões do Plano – Orçamento da Receita e da Despesa

2

Uma vez mais o Executivo da nossa Edilidade ‘presenteia-nos’ com um agradável, eloquente e bem adjectivado discurso, discurso esse que, numa leitura diagonal e desprovida de qualquer sentido político faz o seu leitor acreditar que a Maia é dos melhores concelhos para habitar, onde a qualidade de vida é ponto de honra do trabalho autárquico, o que em grande parte é justo e correcto, embora para atingir tais fins os vários Executivos tenham não raras vezes recorrido aos piores meios; pensará, ainda, o leitor que os projectos nesta autarquia são como que cogumelos que nascem numa húmida floresta, bem que o poderiam ser, embora fossem muitos deles venenosos...

No entanto a visão e análise da CDU não é desprovida e inconsequente, tendo sido com base em determinados pressupostos, princípios e projectos que fomos eleitos para esta Assembleia, de modo que ao analisarmos as “Grandes Opcões do Plano – Orçamento da Receita e da Despesa e Documentos Provisionais do Município, para o Ano de 2007” temos como premissas a obra feita, a obra que se pretende fazer, bem como os números da receita e da despesa.

As conclusões que tiramos não são efectivamente as mesmas que tirarão os Senhores Deputados da Coligação, na medida em que mais uma vez, e sem entendermos porquê, verificamos a demagogia dos números, verificamos que nos querem ‘encher os olhos’ fazendo-nos acreditar que sem se perceber muito bem como as receitas hão-de surgir como não surgem de há anos a esta parte, a comprová-lo está a capacidade de realização deste município que, salvo em anos de receitas extraordinárias, situa-se pouco acima dos 50%.

Senhores Deputados, o Orçamento que vamos votar hoje não passa de um exercício de ilusão, procurando mostrar – a nós, membros desta Assembleia não será certamente – que haverá obra na Maia durante o próximo ano, assim seria se se concretizasse todo o volume de receitas de capital que o Executivo há anos diz ter capacidade de realizar...

7 - 1
R
2

Senhores Deputados, da análise dos números apresentados verificamos desde logo:

- Uma redução de 4.7 M€ no total global do Orçamento comparativamente com 2006.
- Uma redução de aproximadamente 7 M€ nas despesas de capital a efectuar em 2007, o que necessariamente significará, ainda, menos obra.
- Tal facto é, ainda, mais grave se tivermos em conta que as despesas correntes aumentam de 44 M€ para 48 M€, um aumento de 4 M€ para a manutenção da estrutura maiata.

Mas para que possamos perceber ainda melhor este fenómeno, gostaríamos de sublinhar que as 'ilusórias' receitas de capital representam 43% do total de receita... Gostaríamos que o Executivo nos respondesse frontalmente quais os bens que está a pensar vender e a quem para que possa realizar aproximadamente 59 M€ ?!

Depois de alguma pericia e paciência na busca de **obra substancial** que este Executivo pretende iniciar no ano que se aproxima podemos afirmar peremptoriamente que, para além dum Complexo Desportivo em Pedrouços, nada mais existe! Todas as poucas dezenas de obras a iniciar no próximo ano, não passam de meros artifícios para manter a aparência e lavar a cara a uns quantos edifícios ou artérias... isto num Concelho onde as carências do ponto de vista sócio – económico ainda subsistem em elevado número.

Senhores Deputados, não é esta a política que defendemos como rumo para a nossa autarquia, não é nesta atitude ilusória que nos revemos, pelo que votaremos contra este Orçamento.

P'la Bancada da CDU

Adélio Grazina

20/12/2006

Ex.mo Srº Presidente da A.M.
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Ex.mos Srº Secretarios
Ex.mos Senhores Vereadores
Caros Colegas
Estimado Publico
Comunicação Social

1/1
8
2

B.D.
Delfo 3/4

Os documentos que são hoje objecto da nossa apreciação constituem, em termos estratégicos e financeiros, os mais importantes na gestão de qualquer Município.

Não gostaria de deixar passar a oportunidade de felicitar a Câmara Municipal e os seus técnicos pela qualidade e rigor das peças referidas.

O Orçamento da Receita e da Despesa do Município para o ano 2007, reflecte uma clara opção pelo rigor e controlo da Despesa. Rigor e controlo claramente alicerçado nos números que nos são apresentados e não na mera propaganda, de quem sobre a mesma realidade tem diferentes opiniões conforme o horizonte seja o Município ou o País.

Começando pela Despesa impõe-se salientar o elevado esforço de contenção verificado nos custos com pessoal, que evidenciam uma redução nominal de 2.64%. Se considerarmos o incremento de custos verificados com o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações em 2%, as actualizações salariais e a contratação de pessoal ao abrigo do programa de enriquecimento curricular a referida redução ultrapassa, em termos reais, os 5%. Estruturalmente o incremento verificado nas Despesas Correntes, medido em termos reais, praticamente não tem expressão, considerando os

1-1
B

aumentos das taxas de juro e descontando a inflação estimada. As transferências correntes manifestam a mesma tendência, patente na redução de 3.5% apesar do aumento das compensações pela utilização das instalações desportivas de algumas colectividades.

No âmbito das despesas de capital saliento o incremento de 40% de transferências de capital para as juntas de freguesia e a redução do passivo financeiro em cerca de 8%. Em suma, também neste domínio fica patente o enorme rigor e firmeza colocado, por um lado, no saneamento financeiro, através da reestruturação do serviço da dívida, e por outro na sustentação de um bom nível de investimento.

Do lado da Receita saliento o crescimento contínuo, ao longo dos últimos anos, das receitas correntes, onde o peso das receitas próprias se tem vindo a consolidar, fruto da excelente performance patenteada e consequência das nossas apostas políticas. Sim porque a sustentação deste elevado nível de independência financeira, não é obra do acaso, nem da acção de empreendedora de nenhum palavroso notável. Resulta de apostas firmes no desenvolvimento e crescimento do nosso concelho, vencendo dificuldades e removendo obstáculos, e afirmado - o cada vez mais no contexto metropolitano.

Em termos de Receitas de Capital estima-se arrecadar, um valor 12.97% abaixo do orçamentado em 2006, explicado pela finalização do III QCA e a entrada em vigor do novo QREN. Continuaremos a proceder à venda de bens de investimento, sempre que tal se revelar interessante para o município em termos financeiros e a sua alienação não afectar o normal desenvolvimento dos objectivos do Município.

JL
2

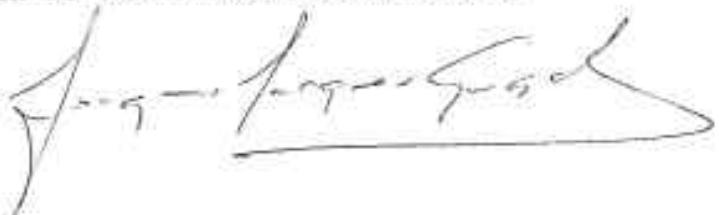
Fiquem por isso tranquilos, pois O RITMO DE INVESTIMENTO continua assegurado. Penso, aliás que alguns teriam o secreto desejo que assim não fosse, mas estou certo que irão continuar, em circuito fechado, a discutir cenários virtuais.

Pela nossa parte iremos, de forma serena mas determinada, continuar o nosso caminho, um caminho de trabalho em prol de todos os maiatos, pela melhoria continua dos seus níveis de bem estar. Para isso apresentamos neste Plano de Actividades e no Plano Plurianual de Investimentos um conjunto de novos projectos estruturantes que continuarão a projectar o nosso concelho. Falo dos impactos da instalação do METRO, no concelho, a "Nova Maia", e o desenvolvimento e dinamização provocada pelo Plano do Novo Centro Direccional da Cidade da Maia.

É ESTA A VERDADEIRA REALIDADE.

É a realidade que posiciona o nosso, claramente à frente de todos os outros que compõe a AMP, em termos de indicadores que medem dinamismos de crescimento, desenvolvimento e qualidade de vida.

Srº Presidente da Câmara , não quero perder esta oportunidade de o cumprimentar de forma muito especial pela afirmação das suas convicções de rigor e transparência expressas neste documento, que hoje iremos aprovar, e que continuarão a projectar a MAIA para os mais elevados patamares de desenvolvimento.



DOC. 26

Ponto 3.h

RHM

2007

**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA**

Senhor Presidente da AMM
Senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da CMM e Senhores Vereadores

O Partido Socialista, também no trabalho que realiza nesta Assembleia Municipal, quer fazer coexistir duas posturas políticas essenciais: uma, que apela a uma atitude crítica e reflexiva, capaz de perspectivar de uma forma ampla e ambiciosa os desafios que a Maia enfrenta; a outra, que se revela na capacidade de se centrar em prioridades, de tomar decisões, de confiar nas soluções adoptadas e de mobilizar os maiatos para o desenvolvimento do concelho. Esta combinação entre reflexão e intervenção suporta-se necessariamente no discurso, o qual tem um papel fundamental na elaboração de análises e propostas assim como no trabalho de esclarecimento e de mobilização social. Agora: a produção discursiva só faz verdadeiramente sentido quando se cruza com a disponibilidade para agir e para transformar a realidade. Para quem, como eu, sempre procurou combinar - na sua vida pessoal, profissional e cívica - a reflexão com a acção empreendedora, o debate político tem que servir, sobretudo, para enriquecer a intervenção social e a vida cívica.

Foi pois com esta postura séria e construtiva, com este propósito de contribuir para um debate que sirva para melhorar a intervenção da CMM que o Partido Socialista apreciou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007, apresentados pelo executivo para deliberação a esta Assembleia Municipal. Há contudo questões que precisam de ser esclarecidas: Será que a maioria conservadora tem a mesma disponibilidade para realizar um diagnóstico esclarecedor da situação financeira da CMM e para, de forma corajosa e determinada, promover o equilíbrio financeiro do município? Será que está capaz de ultrapassar a visão ilusória que procura construir sobre a realidade e a acção da Câmara, totalmente inverosímil no quadro dos actuais constrangimentos financeiros? Infelizmente, as respostas a estas questões não parecem ser animadoras. Se alguma

H
PC
W

esperança pudesse ainda existir por parte dos mais incautos, ela desvaneceu-se totalmente com uma entrevista recente do Sr. Presidente da CMM. Acho que todos nós precisámos de a ler várias vezes para acreditarmos que o principal responsável pelo executivo tenha afirmado que a situação financeira da CMM era boa e se recomendava... Realmente incrível! Vale a pena interrogarmo-nos, aliás, sobre as razões do destaque dado pelo jornal a essa afirmação. Será que se a situação fosse realmente boa, aquela afirmação teria merecido tal relevo? Ninguém sinceramente acredita nisso. O que verdadeiramente assim se evidencia é uma perplexidade comum a muitos maiatos: como é possível que tal tenha sido dito pelo principal responsável pelo executivo municipal, ao arrepio de toda a informação financeira disponível? Como pode alguém que faz tal afirmação ter algum papel significativo na construção de soluções para os problemas existentes?

Já na análise dos documentos similares relativos ao ano de 2006, analisámos detalhadamente a evolução da situação financeira da CMM e o quadro de dificuldades que dai resultava. Não valerá a pena reproduzir a apresentação dessa evolução e consideramos mesmo discutível que seja necessário sublinhar de novo a difícil situação financeira municipal: é que são os próprios serviços camarários que a têm enfatizado quando são propostas as taxas que irão sobrecarregar os bolsos dos contribuintes ou quando, p. ex., se sugeriu a renegociação da dívida camarária. O problema não é pois de desconhecimento da realidade, mas sim de falta de coragem e de determinação para a enfrentar!

Sublinhemos, de qualquer modo, os principais problemas que os documentos apresentados revelam:

- A persistência dos "orçamentos virtuais", muito dependentes das receitas extraordinárias, com as "vendas de bens de investimento", nunca esclarecidas, a assumirem 43,4 % do total das receitas, retirando toda a credibilidade aos montantes previstos nas despesas, porque assentes naquele "delírio orçamental";
- Um serviço de dívida que reflecte os efeitos das políticas de despesismo e desperdício, com encargos muitos sérios em termos de dívidas a fornecedores, amortizações e pagamento de juros (2.995.550 para 2007, quando era de 2.324.200 em 2006 e executados 2.123.827 executados em 2005);

- 11-1
R
2
- Uma incapacidade de trabalhar para o equilíbrio financeiro da CMM: nem mesmo se é capaz de aproveitar uma altura em que se solicitam sacrifícios aos funcionários públicos, pois persiste-se no aumento das despesas de funcionamento (18.824.200 para aquisição de bens e serviços quando se previam 16.892.290 no Orç. 2006 e se executaram 12.132.773 em 2005);
 - O peso das despesas com obras já concluídas e inauguradas, muitas das quais em períodos eleitorais,... nas despesas de capital (PER, Parque de Avioso, Pólo de Serviços, estádios de Pedrouços e Nogueira, etc.), não permitindo apreciar quais são as apostas em termos de equipamentos para o ano de 2007;
 - A "praga dos 5000 euros", despesa meramente simbólica que permite dizer que se pensa fazer qualquer coisita em diferentes domínios...
 - O peso mínimo das despesas previstas para áreas fundamentais da acção social (3^a idade, novas áreas de intervenção social, etc.)

E tudo isto acontece num ano para o qual se prevê um aumento das receitas que resultam das transferências correntes (de 7.985.906 para 11.362.558) com uma ligeira subida dos impostos directos e um pequeno recuo dos impostos indirectos. Ou seja, a catástrofe anunciada quando da discussão da LFL, como tínhamos avisadamente esclarecido, era uma falácia! A questão que então se coloca é bem simples: ou foi incompetência para prever os resultados da aplicação da nova lei, o que não é admissível, ou, então, estivemos perante uma atitude de simples má fé, de sujeição a propósitos políticos que nada tinham a ver com a Maia; o que é de todo inaceitável!

Em suma, o PS não pode votar positivamente um documento que, uma vez mais, revela um executivo sem coragem para enfrentar de forma séria e sistemática os problemas financeiros da CMM, que se deixou enredar numa mera navegação à vista, sem metas nem ambição. Temos todos que trabalhar para garantir a saúde financeira da autarquia e repor a esperança no futuro. O Partido Socialista não deixará de assumir as suas responsabilidades na construção de uma alternativa credível para o concelho da Maia.

Luis Areal Rothes

Presidente do Grupo do Partido Socialista na AMM



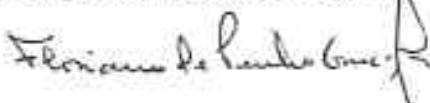
DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 3.5 da Ordem da Trabalhos – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Votei favoravelmente o Plano Plurianual de Investimentos, principalmente por nele ver inscritos investimentos significativos para a minha Freguesia, como por exemplo:

- 1- 100.000,00 € para ampliação e reformulação do Edifício EB/1 da Prosela.
- 2- 18.000,00 € para elaboração do plano de pormenor da zona a nascente da designada Urbanização do Lidor. (Freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha)
- 3- 11.000,00 € para elaboração do plano de urbanização de Moreira - Vila Nova da Telha.
- 4- 50.000,00 € para reformulação das redes de iluminação pública nas Urbanizações do Lidor e Bouça Grande.
- 5- 530.500,00 € para construção do edifício sede da Junta de Freguesia.
- 6- Ainda outros empreendimentos, cujo compromisso de concretização foi nesta Assembleia Municipal assumido pelo Sr Presidente da Câmara.

Maia, 20 de Dezembro de 2006



Floriano de Pinho Gonçalves



17
2
22

PLANO E ORÇAMENTO SMAS – 2007

1. Quer o Orçamento dos SMAS, quer o da Câmara, sofrem da mesma grave insuficiência – não apresentam qualquer fundamento para a evolução prevista de generalidade das rubricas e muito particularmente das mais significativas. Com exceção do investimento, nada mais é justificado de forma suficiente.
2. Nesta altura do ano, o que era normal e desejável, como em qualquer empresa, é que se apresentassem já estimativas para o final do exercício e com base nelas se projectasse o próximo ano. Isto é básico em qualquer gestor mediano. Só assim, aliás, se pode fazer um juízo sobre a razoabilidade, ou não, das projecções.
3. Se em relação ao Orçamento da Câmara o disparate é substancial e por tal motivo nem sequer vale a pena como o referimos na respectiva análise aprofundar a sua discussão, já no que se refere aos SMAS, a credibilidade orçamental sendo maior, não dá mesmo assim para ajuizar sobre a sua consistência por falta de informação.
4. Na apreciação das contas de 2005 os próprios Serviços admitiram que havia um desvio, significativo, de 20% em relação ao orçamentado para esse ano. Estou em crer que o mesmo vai acontecer em 2006 e também em 2007. Mas a informação é insuficiente.
5. Por isso, tal como a propósito do orçamento de 2006, não há condições para validar de forma suficiente a credibilidade da informação disponibilizada, e como tal penso não haver condições para aprovar o orçamento.
6. *Assim, deixarei*
~~Amaçôa~~ uma recomendação veemente de que os orçamentos – todos eles, Câmara, SMAS e Empresas Municipais – passassem obrigatoriamente a ser sempre acompanhados de uma estimativa para o encerramento do exercício que precede o ano a que se referem.

Maia, 20 de Dezembro de 2006